

RELATÓRIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DO 17º PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – 2017 – 2019



**Conselho
Federal de
Psicologia**

XVII Plenário CFP - Gestão 2017/2019

DIRETORIA

Rogério Giannini
Presidente

Ana Sandra Fernandes Arcoverde
Nóbrega
Vice-presidente

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Secretário

Norma Celiane Cosmo
Tesoureira

Daniela Sacramento Zanini
Paulo Roberto Martins Maldos
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo

Jureuda Duarte Guerra
Suplente Região Norte

Andréa Esmeraldo Câmara
Suplente Região Nordeste

Regina Lúcia Sucupira Pedroza
Suplente Região Centro-Oeste

Sandra Elena Sposito
Suplente Região Sudeste

Cleia Oliveira Cunha (*in
memoriam*)
Suplente Região Sul

CONSELHEIRAS (OS) EFETIVAS (OS)

Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte

Clarissa Paranhos Guedes
Secretária Região Nordeste

Marisa Helena Alves
Secretária Região Centro-Oeste

Júnia Maria Campos Lara
Secretária Região Sudeste

Rosane Lorena Granzotto
Secretária Região Sul

CONSELHEIRAS (OS) SUPLENTES

Maria Márcia Badaró Bandeira

CONSELHEIRAS (OS) CONVIDADAS (OS)

Fabián Javier Marín Rueda
Conselheiro 1

Célia Zenaide da Silva
Conselheira 2

Elizabeth de Lacerda Barbosa
Suplente 1

Paulo José Barroso de Aguiar
Pessoa
Suplente 2

Expediente

Comitê Gestor do Planejamento Estratégico

Miraci Mendes da Silva: Coordenadora
Coordenação Geral do CFP

Camila Dias Alves: Gerente
Gerência Técnica

Daniel Arruda Martins: Gerente
Gerência de Relações Institucionais

Fabíola Borges Correa: Gerente
Ouvidoria

Luana Spinillo: Gerente
Gerência de Comunicação

Consultoria em Planejamento e Gestão Estratégica

Usina Ideias e Projetos Ltda.

Marcio L. V. Cruz
Consultor responsável

Projeto Gráfico e Diagramação

Agência Movimento

Fotografia

Cibele Tavares
Everton Rodrigues
Conselho Federal de Psicologia

Fotos do Seminário de Planejamento Estratégico do CFP,
17 a 19 de fevereiro/2017, Pirenópolis/GO

REGISTRO DO SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO REALIZADO ENTRE OS DIAS 17, 18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2017 - PIRENÓPOLIS/GO	6
APRESENTAÇÃO	7
Síntese do Seminario de Planejamento	7
INTRODUÇÃO	8
1. METODOLOGIA*	9
1.1. O que significa planejamento?.....	11
1.2. O que significa estratégia?.....	11
1.3. Conceitos básicos	11
1.4. Conceito do triângulo de governo	11
1.5. Planejamento Estratégico Participativo	13
2. CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO	13
2.1. O que é mapa estratégico?	13
2.2. Visão de futuro do CFP	13
2.3. Missão do CFP	13
2.4. Valores do CFP	14
3. ANÁLISE DE CONTEXTO EM 2017	15
3.1 A luta pela construção da democracia no Brasil	15
3.2 A conquista de direitos e o aprofundamento da democracia	15
3.3 O Brasil de hoje (2017)	17

3.4 Que lições tiramos de todo esse processo histórico?	18
3.5 Que desafios se apontam à Psicologia brasileira?	19
3.6 A visão estratégica do CFP para os próximos três anos.....	21
4. TEMAS ESTRATÉGICOS	22
5. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO 2017-2019	23
5.1. Objetivos estratégicos para “O exercício da profissão”	23
5.2. Objetivos estratégicos para “Psicologia em evidência”	24
5.3. Objetivos estratégicos para “Políticas públicas”	24
5.4. Objetivos estratégicos para “Direitos Humanos”	24
6. APRESENTAÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO DO CFP	25
MAPA ESTRATÉGICO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2017 - 2019	25
7. TEMAS ESTRATÉGICOS, OBJETIVOS E RESULTADOS (2017)	26
8. DIRETRIZES DO CFP PARA A GESTÃO 2017-2019	30
RESULTADOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO DO CFP 2017 - 2019 POR TEMA ESTRATÉGICO E OBJETIVOS	33
APRESENTAÇÃO	34

INTRODUÇÃO	37
1. TEMA ESTRATÉGICO I	38
EXERCÍCIO DA PROFISSÃO	38
Objetivos estratégicos do tema exercício da profissão, resultados e ações que os fundamentam.....	40
2. TEMA ESTRATÉGICO II	56
PSICOLOGIA EM EVIDÊNCIA	56
Objetivos estratégicos do tema Psicologia em evidência, resultados e ações que os fundamentam	59
3. TEMA ESTRATÉGICO III	82
PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS.....	82
Objetivos estratégicos do tema Direitos Humanos, resultados e ações que os fundamentam.....	85
4. TEMA ESTRATÉGICO IV	95
POLÍTICAS PÚBLICAS.....	95
Objetivos estratégicos do tema Políticas Públicas, resultados e ações que os fundamentam.....	97
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114



**REGISTRO DO
SEMINÁRIO DE
PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO
REALIZADO ENTRE
OS DIAS 17, 18 E 19 DE
FEVEREIRO DE 2017
- PIRENÓPOLIS/GO**

APRESENTAÇÃO

Síntese do Seminário de Planejamento

Com imensa satisfação, o XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) apresenta o documento síntese do **Planejamento Estratégico para o triênio 2017-2019**. Elaborado de forma colaborativa pelas conselheiras e conselheiros federais, com apoio da equipe técnica da autarquia, esse instrumento de gestão atualiza valores, missão, visão de futuro e objetivos estratégicos que vão nortear a atuação do CFP nos próximos anos.

Importante ressaltar que o *Mapa Estratégico* aqui apresentado não traduz apenas o pensamento das psicólogas e dos psicólogos eleitos pela categoria para compor o XVII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Trata-se de uma construção coletiva que está alicerçada nas diretrizes aprovadas nos Congressos Nacionais de Psicologia, realizados a partir de 1994, e ratificados no 9º Congresso Nacional de Psicologia, em 2016, em Brasília-DF, nas deliberações das Assembleias das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos e numa reflexão dos desafios impostos para psicólogos (os) diante da atual conjuntura social, política e econômica do país.

Acreditamos que este planejamento estratégico contribuirá para que o Conselho Federal de Psicologia siga exercendo de forma efetiva sua função social de instância responsável por orientar, fiscalizar e disciplinar, em nível nacional, o exercício profissional da Psicologia, comprometido com os princípios éticos e de cidadania e com a defesa incondicional dos Direitos Humanos.

Assim como os navegadores precisam, muitas vezes, corrigir suas cartas náuticas para enfrentar intempéries imprevistas pela viagem, o Planejamento Estratégico do CFP também se trata de um documento dinâmico e aberto para incorporar as experiências pessoais e coletivas dos profissionais da Psicologia, na sua avaliação e realinhamento de ações e definições, em um tempo de constantes mudanças.

Para nós, este documento é um instrumento de gestão que orienta nossa ação em direção ao futuro que desenhamos em muitas mãos, na perspectiva de uma Psicologia como ciência e profissão, que incida na transformação social, com vistas a construção de uma sociedade do bem viver, estruturalmente justa e igualitária.

INTRODUÇÃO

Este documento refere-se ao resultado do Seminário de Planejamento Estratégico realizado durante a Plenária do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2017 em Pirenópolis/GO.

O processo de Planejamento Estratégico contempla quatro momentos: 1) Definição do Mapa Estratégico do CFP com visão de futuro, missão, objetivos estratégicos da gestão e valores; 2) Alinhamento do Plano de Trabalho junto ao corpo diretivo e corpo técnico do CFP para a realização das decisões estratégicas; 3) Governança e acompanhamento do Plano de Trabalho; 4) Avaliação anual dos resultados e repactuação do Plano de Trabalho.

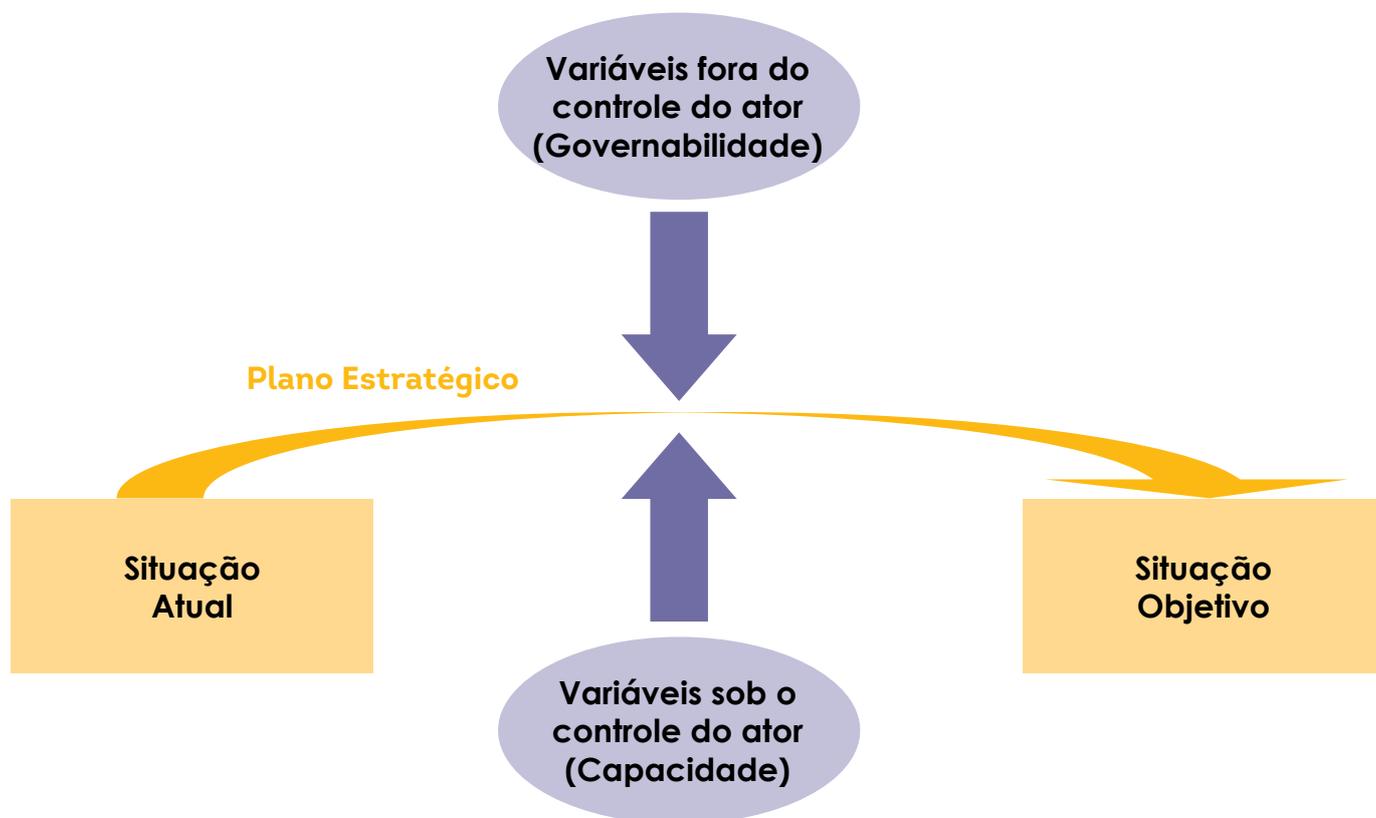
O método adotado para desenvolver o processo de construção deste planejamento tem origem no BSC (*Balanced Scorecard*), no PES (Planejamento Estratégico Situacional) e nas metodologias de Planejamento Estratégico Participativo desenvolvidas pela Consultoria Usina Ideias e Projetos em mais de 30 anos de atividades colaborando para o desenho de futuro e a efetividade de ação de governos, instituições públicas, entidades do terceiro setor e movimentos sociais.

1. METODOLOGIA*

Na proposta de Carlos Matus, conhecida como Planejamento Estratégico Situacional (PES), identificamos alguns elementos que reunidos promovem um desenho com contornos em movimento, como em um jogo. Uma parte do desenho é a leitura da realidade, a análise de contexto e as tendências de cenários. Estes elementos compõem o que está fora da governabilidade de quem planeja, mas quem planeja deve dominar o conjunto de informações e processos que o constituem. Outra parte do desenho é a identificação de uma situação objetivo. Uma vez compreendendo os elementos que estão fora da sua governabilidade (situação inicial) e tendo clara a situação objetivo, parte-se para a definição de um plano de ações necessárias a transformação da situação inicial, rumo a uma situação objetivo.

O plano é composto pela capacidade de ação de quem planeja, marcada por suas competências, habilidades, capacidade de organização, etc. O campo de força ocorre entre as variáveis que não estão sob governabilidade de quem planeja, em confronto com as variáveis que estão sob governabilidade de quem planeja. O resultado desta tensão será verificado nas consequências do planejamento. O desenho de futuro, ou o seminário de planejamento, é o ponto de partida. Sem gestão, acompanhamento e incorporação de novas aprendizagens, a tendência é que as variáveis que estão fora do controle se sobressaiam na agenda e no foco de sua atuação. A gestão busca aumentar a governabilidade do ator, aumentando sua liberdade quanto à escolha de futuro.

O Arco Direcional do Plano



* Slides produzidos por Luiz Sérgio Gomes da Silva, *Newfield Consulting*.

1.1. O que significa planejamento?

- Ferramenta de exploração de possibilidades e fazer escolhas;
- Domínio da razão humana sobre as circunstâncias;
- A improvisação limita nossos graus de liberdade quanto à escolha do futuro;
- Exploração da realidade em busca de possibilidades para alcançar um objetivo, definindo as principais ações do plano, considerando as condições de cenário e a atuação e os recursos dos atores relevantes.

1.2. O que significa estratégia?

- O que é importante fazer para alcançar um objetivo, senso comum;
- Modo de lidar ou cooperar com o outro em um jogo para vencer a resistência ou ganhar a colaboração, teoria dos jogos;
- *A estratégia busca uma maneira de tornar viável a grande aposta do plano, PES (Planejamento Estratégico Situacional).*

1.3. Conceitos básicos

Requisito para planejamento em sistema complexo

- Referir-se a problemas reais, atuais ou potenciais presentes em sistemas complexos;
- Reconhecer o outro, o que obriga a explicar a realidade a partir de perspectivas diferentes;
- Reconhecer e enfrentar as incertezas com uma diversidade de recursos de cálculo;
- Trabalhar simultaneamente com sistemas de cálculo, com relativa certeza e sistema de apostas;
- Dispor de métodos para viabilizar o plano;
- Reconhecer a existência de múltiplos recursos escassos, critérios de avaliação e decisão;
- Definir responsabilidade por módulos operacionais;
- Garantir a unidade entre direção, planejamento e gerência.

1.4. Conceito do triângulo de governo

O planejamento estratégico deve considerar algumas variáveis para o desenho consequente mais aproximado possível dos resultados desejados.

“Dirigir é assinalar e escolher uma direção. Também é a capacidade de segui-la, não obstante os obstáculos que ofereça. Nessa condução contam três variáveis: a direção ou norte escolhido, a dificuldade do caminho, e a capacidade de condução para driblar as dificuldades previsíveis do percurso. A direção é acertada se a bússola política explora com criatividade vários caminhos novos e aponta com o dedo do plano para onde estão e podem ser criadas possibilidades. A dificuldade do caminho deve calcular-se, sem exagero nem desconto, em um ato de previsão flexível do futuro desconhecido e de seus obstáculos. A capacidade de condução não surge espontaneamente com a eleição do líder, terá que ser criada.” (MATUS, 1997)

Projeto de governo:

Conteúdo propositivo do programa ou plano de governo.

Capacidade de governo:

Conjunto de recursos, destrezas, experiências, teorias e métodos de direção das equipes de governo.

Governabilidade:

É a relação entre as variáveis que controlamos e as que estão fora do nosso controle, em relação ao plano.



1.5. Planejamento Estratégico Participativo

- Planejamento Estratégico Participativo é uma ferramenta que tem por objetivo **traduzir a missão, a visão de futuro e os objetivos estratégicos** construídos coletivamente entre os **principais sujeitos** de uma instituição em **objetivos operacionais** do corpo diretivo e da equipe técnica.
- Seu potencial possibilita **coordenar ações** entre sujeitos pessoais e coletivos no ambiente interno e de incidir em **comportamentos** no ambiente externo.

2. CONSTRUÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO

2.1. O que é mapa estratégico?

É uma **representação visual da estratégia** do Conselho Federal de Psicologia explicitada em **macro-objetivos organizados** em diferentes perspectivas de análise, interligados por relações de **causa e efeito**.

O mapa estratégico do Conselho Federal de Psicologia é composto por: visão de futuro, missão, temas estratégicos com foco na sociedade e na categoria, objetivos estratégicos, relações internas à instituição e valores da gestão. Na sequência abaixo estão registradas, as definições do plenário para cada um dos temas do mapa estratégico.

2.2. Visão de futuro do CFP

Instituição reconhecida e respeitada por psicólogas (os) e demais setores da sociedade pela construção coletiva na defesa e promoção dos Direitos Humanos e de práticas profissionais ético-políticas com diálogo e respeito à diversidade.

2.3. Missão do CFP

Promover processos ético-políticos e institucionais que impactem no de-

envolvimento e organização da Psicologia como ciência e profissão e incidam na transformação social, com vistas à construção de uma sociedade do bem viver, estruturalmente justa e igualitária.

2.4. Valores do CFP

- **Ética**
- **Diversidade** - modos de pensar, estar, interpretar, se expressar, agir no mundo
- **Transparência na Gestão** - princípio da publicidade dos seus atos
- **Democracia** - para além da defesa da democracia na sociedade, protagonismo de psicólogas (os) das entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e da União Latino-americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI) nos processos decisórios da ciência, da profissão e das ações do Sistema Conselhos de Psicologia
- **Zelo com a coisa pública** - para além da defesa do interesse público sobre os interesses privados no que concerne aos recursos da sociedade, garantir que as ações administrativas, financeiras e processuais do CFP estejam rigorosamente dentro dos parâmetros legais e éticos
- **Cooperação e Colaboração** - difundir processos participativos de cooperação e colaboração nas relações entre conselheiras (os) do Sistema Conselhos de Psicologia
- **Direitos Humanos**



3. ANÁLISE DE CONTEXTO EM 2017

3.1 A luta pela construção da democracia no Brasil

Distintos setores da sociedade insurgiram em movimentos sociais no período da ditadura militar para a defesa da Declaração Universal dos Direitos Humanos particularmente em seu Art. XIX que define: "toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

Após o fim do regime militar esta diversidade de movimentos e organizações sociais, urbanas e rurais, com distintas origens, orientações políticas e matizes ideológicas, celebrou a democracia e participou ativamente do processo Constituinte ocorrido entre 1987 e 1988, sendo responsável pela proposição de artigos que vieram a compor a Constituição Federal de 1988.

Como resultado desse protagonismo, a Constituição Federal do Brasil, não apenas adquiriu a característica central de reconhecimento de direitos sociais, (Capítulo II, Art. 6º ao 11º) expressos em distintos tratados de Direitos Humanos nos quais o Brasil é signatário, bem como, se constituiu como um patamar institucional para a conquista permanente de direitos, por meio da participação social e de construção de políticas públicas pelos entes federados.

3.2 A conquista de direitos e o aprofundamento da democracia

Os acúmulos sociais e políticos, consolidados após o período ditatorial, permitiram ao Brasil dar início a fase dos governos democráticos e populares. Os investimentos em políticas de governo anticíclicas em relação a crise econômica internacional possibilitaram a consequente inclusão de milhões de famílias antes excluídas econômica e socialmente, permitindo a ascensão social de cerca de 40 milhões de pessoas das classes mais baixas para o nível econômico e de consumo das classes médias, com

indicadores de combate à pobreza e à fome referendados internacionalmente, como o reconhecimento da antecipação de metas em indicadores sociais, definidas pelo programa Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM/ONU) para o Brasil.

Setores da sociedade brasileira defendem que políticas sociais não cabem no orçamento da União. Portanto, a Constituição Federal, como lei máxima a reger os direitos e deveres dos cidadãos, do Estado e dos poderes, não teria efeito para os mais pobres, para aqueles que necessitam do Estado para a garantia de sua dignidade humana. Há, nas ciências políticas, um amplo debate acerca da incidência, eficácia e eficiência das leis no Brasil. Nas ciências econômicas, certas leis não são questionadas, em especial as que regem o desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista e a elevação do produto social da vida. Distintas matizes das ciências humanas definem que a distribuição do produto social da vida – ou seja, a distribuição da riqueza de uma nação – é determinada por decisões políticas e não por leis do desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, a crise econômica revela as escolhas políticas de governos sobre onde investir os escassos recursos do Estado (e da economia como um todo): se em políticas sociais como saúde, educação, programas de renda mínima, entre outros, ou em juros da dívida e financiamento de bancos e setores da economia, como empresas de bens de capital, serviços ou o agronegócio.

Em quase 30 anos de existência, a Constituição Federal já recebeu 96 emendas¹. O capítulo II -Dos Direitos Sociais, que passou por avanços e recuos desde então, está permanentemente em xeque por decisões de governos, em todos os níveis da Federação. Para o exercício da profissão e da ciência da Psicologia, esta constatação não tem pouco peso, uma vez que a subjetividade humana tem forte relação com sua condição social, cultural e econômica, entre tantas outras.

Cabe, portanto, ao Conselho Federal de Psicologia, pelo exercício da profissão de psicólogo e psicóloga, especialmente pelo seu caráter de cuidado da dignidade humana, a preocupação quanto ao exercício da cidadania, no acompanhamento das políticas de governo que visam a manutenção e ampliação dos direitos sociais para a promoção da dignidade humana.

¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/quadro_emc.htm>



3.3 O Brasil de hoje (2017)

Vivemos em um processo delicado de nossa história, que incide em distintos territórios da vida, tanto nos aspectos das relações sociais de trabalho, produção, consumo, sociabilidade, cultura, lazer quanto na esfera privada e íntima das famílias e das pessoas.

Estamos inseridos em um período de enormes incertezas, que tem incidência na política e na economia, mas também na subjetividade humana e nas relações sociais que emergem a partir desta. Portanto, este momento tem importante impacto em nossa ação como profissionais, dedicados ao cuidado das pessoas.

A denominada "crise política", admitida por distintos poderes de Estado, concerne a um confronto entre as ações de governos, a letra ou o espírito das leis estabelecidas pela Constituição Federal, em particular, nos aspectos vinculados aos direitos sociais, mas também em outros aspectos.

Este confronto, é possível de ser aferido nas páginas dos principais veículos de comunicação de massa do Brasil e nas mobilizações democrá-

ticas que tomam as ruas de norte a sul do país, reclamando direitos e a “legalidade, impessoalidade e moralidade” no exercício das funções de agentes públicos, tal como define o Art. 37 da Constituição Federal.

Movimentos sociais do campo e da cidade, mulheres, comunidade LGBT, movimentos pela igualdade racial, intelectuais, artistas, entre distintos sujeitos sociais e matizes ideológicas, têm se colocado publicamente pela recomposição dos pactos constitucionais que instituem a democracia brasileira. A luta é pela promoção de estabilidade e previsibilidade social, oferecendo aos cidadãos uma perspectiva de futuro, reduzindo incertezas e angústias que atingem a todos, mas especialmente as pessoas mais vulneráveis social e economicamente, os trabalhadores e trabalhadoras, que trazem marcados em sua história a face dolorida das dificuldades de quem necessita do Estado para poder estabelecer com a vida um padrão de dignidade humana.

3.4 Que lições tiramos de todo esse processo histórico?

Do processo histórico vivido pelo Brasil desde a redemocratização com o fim da ditadura e a reconstrução da democracia, fica evidente que ainda há muito a construir para que tenhamos um regime social, político e econômico que espelhe a Constituição promulgada em 1988 e tantas vezes emendada desde então.

Aprendemos que a inclusão social, tal como determina a Constituição Federal, para ser efetiva, necessita ser acompanhada de espírito de cidadania que incida na subjetividade política e social do povo brasileiro. De forma que este compreenda que direitos sociais e exercício do mérito pessoal só se revelam quando há acesso a oportunidades e condições promovidas por políticas públicas alicerçadas pela Constituição Federal e executada por governos democraticamente eleitos pelo povo.

Descobrimos que valores e práticas políticas que não têm acolhida na Constituição Federal figuram como prática de setores sociais e políticos de matizes político-partidárias distintas, em diferentes esferas de poder do Estado brasileiro.

Tal como os compromissos assumidos pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) – pela melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira; pela busca de qualificação técnica e ética no exercício profissional e na pesquisa; pelo estabelecimento de diálogo fra-

terno visando intervenções na Psicologia que possam ser consensuais e conjuntas; e pelo vínculo do fortalecimento entre a ciência e a profissão –, consideramos fundamental, como espaço de atuação de nossa profissão, a participação nos processos formativos e educativos da sociedade, junto às comunidades rurais e urbanas, nos bairros e nas fábricas, nos sindicatos e nos grupos familiares, nas escolas e nos centros comunitários, em lugares de encontro e reprodução cotidiana da visão popular sobre o país e seu modo de vida.

Somos uma ciência e profissão que pode oferecer caminhos distintos de interpretação da vida, pessoal e coletiva, no sentido de uma sociedade que produza e reproduza valores democráticos, solidários, não racistas, não sexistas, não xenófobos e não homofóbicos; uma sociedade que não criminalize ou discrimine a pobreza, entre tantas discriminações, num país de dimensões continentais e com enormes abismos sociais.

Não menos importante, nós psicólogas (os) podemos contribuir com uma sociedade que dê espaço à construção de uma subjetividade de participação social para um projeto de país que possa ser conhecido, debatido e, principalmente, defendido pela ampla maioria da sociedade brasileira, que o elegerá de forma legítima como vontade de presente e futuro. Vontade esta que tem de ser respeitada especialmente pelos detentores de poder simbólico, político e econômico.

3.5 Que desafios se apontam à Psicologia brasileira?

A Psicologia brasileira ocupou papel de protagonismo em momentos importantes da história do país, desde sua posição como profissionais e, também, na perspectiva do exercício da cidadania.

No início das décadas de 1960 e 1970, psicólogos e psicólogas de distintas formações e matizes ideológicas participaram do processo de democratização da sociedade e do Estado brasileiro na luta pela redemocratização do país, contra a ditadura civil-militar. Nos anos 1980, profissionais de Psicologia participaram da fundação de organizações populares e sindicais, criaram entidades para a produção da ciência da Psicologia teórica e crítica independentes, realizaram pesquisas com dimensão social, estabeleceram redes nacionais e internacionais para repensar a Psicologia e seus compromissos políticos, éticos e sociais. Destacamos neste período, a contribuição para colocar foco e luz em mecanismos sutis e invisíveis das relações interpessoais cotidianas nas quais se internalizam e se reproduzem a subalternidade e a dominação entre relações de poder

econômico, de classe, de gênero, raça entre outros que limitam o empoderamento de sujeitos livres e autônomos.

Neste contexto, os desafios que temos como categoria e partícipes da cidadania é defender a democracia e a continuidade de avanços sociais rumo a uma sociedade justa e solidária. Consideramos necessária a construção de condições para o estabelecimento de relações éticas de respeito próprio e respeito mútuo, na busca de universalização dos Direitos Humanos pela promoção de políticas públicas e de ações da sociedade civil organizada, que de forma autogestionária se mobilizam e organizam espaços de produção e reprodução material e simbólica da vida.



3.6 A visão estratégica do CFP para os próximos três anos

Há em curso no Brasil elementos que consideramos altamente nocivos às pessoas e à sociedade. Ondas disseminadas de ódio, violência física e simbólica contra os mais vulneráveis da sociedade, fragilizando a democracia e as possibilidades de atuação autônoma, livre e solidária nos parâmetros da legítima ação política e social.

A criminalização da pobreza é uma das faces deste fenômeno. De acordo com o Ministério da Justiça “a população penitenciária brasileira chegou a 622.202 pessoas em dezembro de 2014. O perfil socioeconômico dos detentos mostra que 55% têm entre 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% têm até o ensino fundamental completo”². Manifestações de ódio, discriminação ou fundamentalismo nas redes sociais contra mulheres, comunidade LGBT, afrodescendentes, pessoas com deficiências, indígenas – e tantas outras discriminações consideradas crimes – tornaram-se comuns e reflexo da intolerância.

A Psicologia pode colocar-se a serviço dos sujeitos para que construam possibilidades de compreensão do processo histórico em que estão inseridos, como pessoas, grupo social, movimento ou segmento. Os parâmetros éticos de atuação da profissão nos permitem atuar para cuidar das pessoas na perspectiva da livre escolha de atuação no território íntimo e na organização social, superando barreiras econômicas, culturais e políticas que lhes impeçam de viver com dignidade, solidariedade, respeito próprio e respeito mútuo.

Contribuir na orientação ao exercício da Psicologia para a constituição de uma sociedade humanamente ética, solidária, socialmente justa e radicalmente democrática é o sentido estratégico que atribuímos à gestão do CFP e que está alicerçado no Art 6º item b da Lei nº 5.766/1971 que disciplina as atribuições do Conselho em “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo”.

A presente análise visa oferecer uma orientação quanto às ações objetiva e subjetiva da profissão, sem se eximir da responsabilidade de oferecer uma interpretação que leve em conta o contexto social, político e econômico e suas consequências ao cuidado e à promoção da dig-

2 Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>>

nidade da pessoa humana. A natureza da profissão da Psicologia, bem como a interpretação que adquirimos acerca das instituições e da legislação brasileira, nos leva a crer que há guarida republicana em nossas intenções.

Para tanto, o escopo desta análise de contexto tem como premissa o cuidado com as pessoas, particularmente com as mais vulneráveis da escala social, tomando para si a defesa do Art. 6º da Constituição Federal: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.³

Compreendemos que a limitação ou a universalização de tais direitos incidem diretamente na subjetividade humana e, portanto, na forma como a Psicologia, ciência e profissão, pode ou deve atuar, com os sujeitos pessoais e coletivos.

4. TEMAS ESTRATÉGICOS

Diante da missão e visão de futuro, foram definidos quatro temas estratégicos para a gestão.

O exercício da profissão

Psicologia em evidência

Direitos Humanos

Políticas públicas

5. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA GESTÃO 2017-2019

Para cada tema estratégico foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

5.1. Objetivos estratégicos para “O exercício da profissão”

- Contribuir, em parceria com as diferentes entidades da Psicologia, para a formação e qualificação do exercício profissional
- Assegurar o cumprimento das práticas profissionais privativas da (o) psicóloga (o)
- Orientar, regulamentar e produzir referências para o exercício profissional das (os) psicólogas (os), incluindo novas possibilidades de atuação
- Articular, com outras profissões, a interface da atuação da (o) psicóloga (o)



5.2. Objetivos estratégicos para “Psicologia em evidência”

- **Diálogo com a categoria** – ampliar a participação de psicólogas (os) nas decisões e ações do Sistema Conselhos de Psicologia
- **Diálogo com a sociedade** – incentivar o reconhecimento da Psicologia como referência nos debates sobre temas que envolvam a subjetividade humana, a partir de uma visão crítica que contribua para a transformação da sociedade
- **Diálogo com o Estado** – garantir a presença e incidência da Psicologia nas ações, proposituras de leis e debates afeitos à defesa e execução de direitos
- **Diálogo com os movimentos sociais** – ampliar as contribuições da Psicologia nas demandas dos movimentos sociais.

5.3. Objetivos estratégicos para “Políticas públicas”

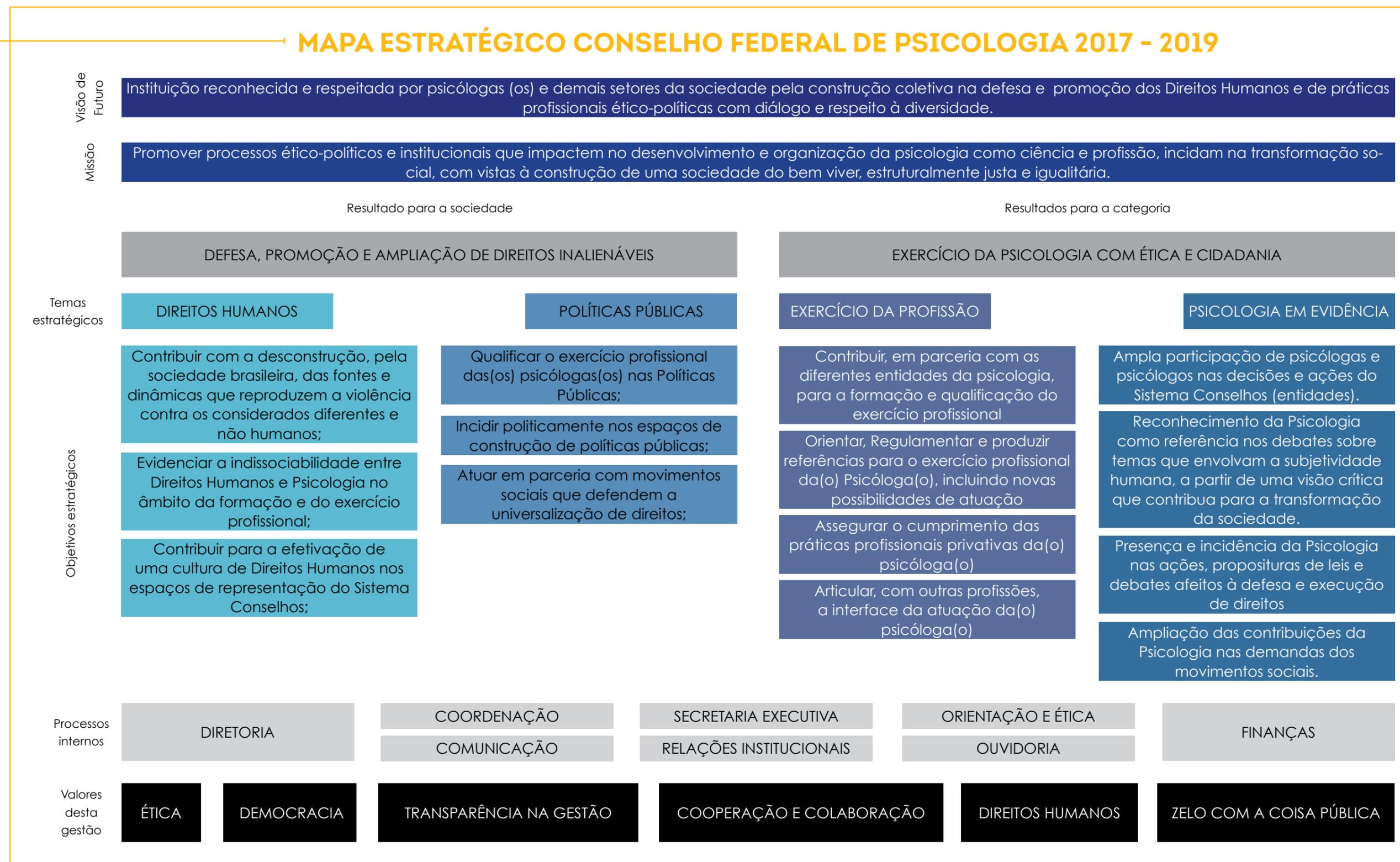
- Qualificar o exercício profissional de psicólogas (os) nas políticas públicas
- Incidir politicamente nos espaços de construção, execução e controle de políticas públicas
- Atuar em parceria com movimentos sociais que defendem a universalização de direitos
- **Políticas públicas pertinentes à atuação do Conselho Federal de Psicologia:** Direito à cidade; emergências e desastres; segurança pública; sistema prisional; saúde mental - luta antimanicomial; política sobre drogas; assistência social; educação; criança e adolescente; povos indígenas, tradicionais e quilombolas.

5.4. Objetivos estratégicos para “Direitos Humanos”

- Contribuir com a desconstrução, pela sociedade brasileira, das fontes e dinâmicas que reproduzem a violência contra os considerados diferentes e não humanos
- Evidenciar a indissociabilidade entre Direitos Humanos e Psicologia no âmbito da formação e do exercício profissional
- Contribuir para a efetivação de uma cultura de Direitos Humanos nos espaços em que o CFP está representado

6. APRESENTAÇÃO DO MAPA ESTRATÉGICO DO CFP

MAPA ESTRATÉGICO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2017 - 2019



7. TEMAS ESTRATÉGICOS, OBJETIVOS E RESULTADOS (2017)

Tema estratégico - EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Objetivo Estratégico	Resultado
Contribuir, em parceria com as diferentes entidades da Psicologia, para a formação e qualificação do exercício profissional	Aumento da participação do FENPB na Psicologia brasileira.
	Reconhecimento da importância da ABEP pelo Sistema Conselhos de Psicologia.
	Retomada dos Anos Temáticos
Orientar, regulamentar e produzir referências para o exercício profissional das (os) psicólogas (os), incluindo novas possibilidades de atuação	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) contribuindo para o exercício profissional qualificado na atual conjuntura política brasileira.
	Atualização das normativas da Psicologia.
	Realização, em conjunto com a ABEP, de discussões e intercâmbios de experiências de formação em nível de graduação na interface Psicologia, políticas públicas e Direitos Humanos.
Assegurar o cumprimento das práticas profissionais privativas da (o) psicóloga (o)	Práticas privativas garantidas.
	Realizado monitoramento e intervenção sobre condições e relações de trabalho da(o) psicóloga(o) brasileira(o).
Articular, com outras profissões, a interface da atuação da (o) psicóloga(o)	Pactuação, com outros conselhos profissionais, sobre práticas compartilhadas.
	Em articulação com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), realizada a revisão e ampliação do rol de procedimentos de atendimento psicológico junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
	Retomados os propósitos do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)
	Realizado diálogo com a categoria sobre a prática do exame criminológico no âmbito do sistema prisional no que diz respeito à sua finalidade e aos princípios éticos e técnicos da profissão.

Tema estratégico - PSICOLOGIA EM EVIDÊNCIA

Objetivo Estratégico	Resultado
<p>Diálogo com a categoria – ampliar a participação de psicólogas (os) nas decisões e ações do Sistema Conselhos</p>	CNP realizado com ampla participação de psicólogas (os) utilizando novas formas organizativas presenciais e mediadas por meios digitais.
	Plataforma de participação digital criada em pleno funcionamento.
	Apresentado e discutido o projeto de comunicação colaborativo do Sistema Conselhos de Psicologia.
	Implementado projeto de comunicação do CFP.
	Ampla articulação entre profissionais da Psicologia e da Assistência Social, para discussão e enfrentamento das dificuldades do exercício da profissão.
<p>Diálogo com a sociedade – incentivar o reconhecimento da Psicologia como referência nos debates sobre temas que envolvam a subjetividade humana, a partir de uma visão crítica que contribua para a transformação da sociedade</p>	CFP visto como fonte de referência dos meios de comunicação em assuntos relacionados à atuação da autarquia e de relevância para a Psicologia.
	Representações da Psicologia em conselhos nacionais ligados à garantia de direitos e controle social qualificadas e com ações articuladas entre si.
	Em articulação com outras entidades, CFP elaborou subsídios para a compreensão da presença da Psicologia nos processos de ensino-aprendizagem e incentivou a comunidade escolar a debater essas questões.
<p>Diálogo com o Estado – garantir a presença e incidência da Psicologia nas ações, proposições de leis e debates afeitos à defesa e execução de direitos</p>	Concluída agenda de mobilização contra a redução da maioria penal, com incidência protagonista da Psicologia nas instâncias do Estado.
	Executado plano de proposição, monitoramento e acompanhamento de projetos de lei referentes ao exercício profissional e à defesa de direitos.
<p>Diálogo com os movimentos – ampliar as contribuições da Psicologia nas demandas dos movimentos sociais.</p>	Psicologia presente nos movimentos sociais, aumentando os campos de participação.
	CFP com posição demarcada no conjunto de movimentos, espaços e fóruns que lutam contra a medicalização e a patologização da vida.

Tema estratégico - DIREITOS HUMANOS

Objetivo Estratégico	Resultado
Contribuir para a desconstrução, pela sociedade brasileira, das fontes e dinâmicas que reproduzem a violência contra os considerados diferentes e não humanos	Sistema Conselhos de Psicologia reconhecido como protagonista da promoção e garantia dos Direitos Humanos.
	Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com as outras entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), construiu estratégias e ações para o enfrentamento a diferentes formas de violências anteriormente naturalizadas – portanto invisibilizadas – e suas implicações com o sofrimento psíquico.
Evidenciar a indissociabilidade entre Direitos Humanos e Psicologia no âmbito da formação e do exercício profissional	CFP e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) estreitaram o diálogo e a articulação com as instituições formadoras de psicólogas (os), tendo como mote de aproximação a agenda de Direitos Humanos.
	Psicólogas (os) passaram a reconhecer como elemento constitutivo de sua prática profissional os valores dos Direitos Humanos.
	Realizado monitoramento do Poder Legislativo no sentido de garantir o compromisso intransigente com a garantia e promoção dos Direitos Humanos.
	Realizado monitoramento do Poder Judiciário no sentido de garantir o compromisso intransigente com a garantia e promoção dos Direitos Humanos.
Contribuir para a efetivação de uma cultura de direitos humanos nos espaços em que o CFP está representado	CFP e demais entidades do FENPB estreitaram o diálogo e a articulação com as entidades de psicólogas (os) voltadas aos diferentes campos de atuação profissional tendo como mote de aproximação a agenda de Direitos Humanos
	A atuação dos representantes do CFP nos espaços de representação marcada e reconhecida pela promoção, garantia e defesa dos Direitos Humanos

Tema estratégico - POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo Estratégico	Resultado
Qualificar o exercício profissional de psicólogas (os) nas políticas públicas	CREPOP reativado em todo o Sistema Conselhos e Psicologia.
	Concluídas e publicadas as referências técnicas do CREPOP que estavam em andamento.
	Revisados e relançados os documentos e pesquisas já publicados pelo CREPOP.
	ABEP e CFP debateram e construíram junto à categoria os fundamentos e a proposta para a inclusão das temáticas de políticas públicas nos cursos de Psicologia.
Incidir politicamente nos espaços de construção, execução e controle de políticas públicas	Estabelecido diálogo com poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, estados e municípios, para explicar o trabalho desenvolvido pelas (os) psicólogas (os) no campo das políticas públicas.
	Garantida a representação do CFP nos conselhos de direitos e espaços de controle social.
	Atualizadas as referências para atuação das (os) psicólogas (os) em contextos educacionais escolares.
Atuar em parceria com movimentos sociais que defendem a universalização de direitos	Identificados os movimentos sociais e principais demandas direcionadas à Psicologia.
	Elaboradas e aprovadas proposições de práticas psicológicas que se articulem com demandas emergentes para a Psicologia.
	Identificados, no Sistema Conselhos de Psicologia, ações políticas que tenham articulação com movimentos sociais com vistas a universalização de direitos.
	Realizado amplo debate sobre as contribuições da Psicologia educacional/escolar para a efetivação da educação inclusiva no Brasil
	CFP avançou na discussão sobre o racismo institucional e a contribuição de psicólogas (os) que trabalham em contextos organizacionais para enfrentamento desta prática.

8. DIRETRIZES DO CFP PARA A GESTÃO 2017-2019

Diretrizes para as práticas da Psicologia
Dar visibilidade acerca da relevância da relação entre a prática da (o) psicóloga (o), as políticas públicas e a defesa dos direitos humanos.
Pautar discussões nacionais sobre a atuação de psicólogas (os), a promoção, a defesa e a proteção de direitos humanos.
Pautar o debate e a divulgação da saúde mental na atenção básica em saúde, dando visibilidade aos múltiplos fazeres da Psicologia nesse contexto.
Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), principalmente em relação à criação/transformação dos serviços em 24 horas e a implementação de leitos em hospitais gerais.
Pautar o debate sobre legalização, regulamentação e descriminalização do uso de drogas.
Pautar a precária situação dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP) e a prática da Psicologia nestes espaços.
Problematizar a hierarquização profissional no contexto da Justiça, expressa na ingerência realizada por profissionais do Direito sobre as atribuições funcionais da (o) psicóloga (o).
Pautar o debate sobre o racismo e suas implicações para a subjetividade.
Pautar o debate sobre acessibilidade atitudinal e comunicacional nos serviços psicológicos, a fim de atender aos princípios da inclusão.
Pautar as adequações de serviços prestados pela categoria por meios físicos e por meios tecnológicos de comunicação a distância.
Ampliar o diálogo com profissionais que trabalham em serviços de habilitação/reabilitação de pessoas com deficiência.
Ampliar diálogo e divulgação da área de orientação profissional.
Atuar na luta por políticas públicas nas áreas da orientação profissional, educação, saúde e trabalho.
Dialogar sobre as pautas da Psicologia com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) tendo como referência os documentos produzidos pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) entre outros.

Diretrizes para uma Psicologia com princípios
Promover e defender a garantia de direitos, edificando ações conjuntas das comissões regionais e nacional de Direitos Humanos, em parceria com outras entidades da Psicologia e da sociedade civil.
Ampliar e qualificar a presença da Psicologia nos Conselhos de Direitos.
Incentivar a organização e o fortalecimento dos movimentos sociais que lutam pela defesa de direitos e por uma sociedade cidadã.
Promover a participação social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.
Incentivar o conhecimento e a utilização pelas (os) psicólogas (os) dos mecanismos de transparência ativa, garantidos pela Lei de Acesso à Informação.
Dialogar de forma permanente com a formação em Psicologia, na perspectiva do compromisso com os Direitos Humanos e sociais.
Garantir a transparência das informações administrativas, financeiras e políticas do Sistema Conselhos de Psicologia.
Respeitar a diversidade religiosa tendo em vista que compõe a subjetividade humana.
Divulgar para a sociedade a posição da gestão do CFP de que dogmas, valores e normas religiosas não devem constituir orientação para a prática da ciência psicológica.

Diretrizes para um protagonismo e visibilidade da Psicologia
Valorizar os espaços democráticos de construção e decisão dos rumos da profissão.
Produzir orientações para o trabalho de psicólogas (os) em contextos educacionais escolares e não escolares.
Pautar o diálogo sobre racismo institucional no contexto do exercício profissional.
Dar visibilidade sobre a contribuição da Psicologia em diferentes contextos, públicos e privados.
Retomar o protagonismo da profissão nos espaços de construção de políticas públicas.
Fomentar a participação da Psicologia em diferentes conselhos nacionais ligados à garantia de direitos e ao controle social (Conanda, Conasp, CNS, CNAS, CNCD-LGBT, FNDC entre outros).
Participar ativamente dos espaços e movimentos em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da seguridade social brasileira
Defender os direitos das (os) usuárias (os) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Ratificar compromisso com o desenvolvimento de processos ensino-aprendizagem, a partir da contribuição com os projetos político-pedagógicos, em uma perspectiva de garantia do direito à educação para todas (os).
Encaminhar à autoridade competente toda e qualquer denúncia de violência contra a dignidade da pessoa humana em suas condições sociais, racial, de gênero, religiosa, de orientação sexual e de deficiência física.
Promover a defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Participar ativamente nos processos de controle social, nos espaços de formulação e acompanhamento de políticas públicas de educação, saúde e assistência social.
Construir relações com os movimentos sociais de luta por garantia e ampliação de direitos e pela dignidade humana.
Estabelecer posicionamento contrário aos processos de medicalização e patologização da vida.

Diretrizes para uma atuação em parcerias

Promover diálogo e ações constantes com as entidades que constituem o FENPB.
Restabelecer parcerias com entidades irmãs latino-americanas.
Estabelecer acordos de cooperação com países de língua portuguesa.

Diretrizes para a garantia da diversidade da profissão

Garantir a execução das deliberações de instâncias do Sistema Conselhos de Psicologia, tais como as aprovadas no Congresso Nacional da Psicologia.
Aprimorar junto aos Conselhos Regionais de Psicologia processos ordinários (orientação, atendimento, fiscalização) do Sistema.
Estabelecer uma comunicação que respeite as diversidades culturais de linguagem que constituem a cultura de cada região.
Incentivar a comunicação ativa e interativa utilizando plataformas da rede global de computadores e ferramentas de <i>software livre</i> .

**RESULTADOS
ESTRATÉGICOS DA
GESTÃO DO CFP
2017 - 2019 POR
TEMA ESTRATÉGICO
E OBJETIVOS**

APRESENTAÇÃO

No ano 2017, quando realizamos o primeiro seminário de Planejamento Estratégico do 17º Plenário do CFP e tomamos decisões estruturantes para nossa atuação nos três anos de gestão, tínhamos um conjunto de análises de cenários possíveis e, em todos eles, não víamos nem sinal de que os próximos anos seriam fáceis. Ao contrário, visualizamos um tempo de luta e resistência.

Naquele fevereiro de 2017, demos forma e publicamente assumimos o compromisso de pôr em prática o projeto ético-político da *Psicologia Brasileira* definido nas resoluções do 9º CNP, ocorrido em maio de 2016, que podemos sintetizar como um vivo interesse pela justiça social, defesa do estado de direito e laico e opção nítida, inequívoca e intransigente pelos Direitos Humanos. São os marcos que balizaram nossas ações.

O documento que segue é um retrato, uma amostra do trabalho realizado sem a pretensão de oferecer uma lista completa de todas as ações realizadas. Propõe-se a fundamentar os resultados estratégicos da gestão a partir de um conjunto de atividades e ações executadas. Esses resultados evidenciam que, de fato, resistimos e avançamos.

Resistimos quando defendemos os princípios do nosso Código de Ética, que define que o exercício profissional da Psicologia se dará sempre e necessariamente respeitando e promovendo a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e cito como exemplos a nossa defesa da Resolução nº 01/99 e a Resolução nº 01/18;

Resistimos quando exercemos nosso compromisso de promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que subjagam pessoas, grupos e populações, são exemplares as inspeções nacionais nas chamadas Comunidades Terapêuticas e nos Hospitais Psiquiátricos;

Resistimos quando atuamos no sentido de promover práticas profissionais balizadas pela responsabilidade social, postura analítica e crítica, capaz de transformar a realidade social, e, nesse sentido, promovemos seminários e organizamos diversas campanhas nacionais em defesa de políticas públicas e de Direitos Humanos;

Resistimos quando promovemos uma Psicologia rigorosa do ponto de vista técnico, ético e científico, apostando no contínuo aprimoramento profissional e para isso lançamos novas e atualizamos publicações do CREPOP, editamos revistas e realizamos o 5º CBP;

Resistimos quando zelamos para que o exercício profissional fosse efetuado com dignidade e também lutamos pela ampliação do campo profissional e a recente aprovação da inclusão da *Psicologia na educação básica* é um bom exemplo.

Para nós, *resistir* significou olhar para frente, vislumbrar *novos futuros*, e assim encantar pessoas, grupos, coletivos e movimentos para descobrir a potência da *Psicologia Brasileira* para cuidar das pessoas e incidir na sociedade e na história. Cuidado esse que se dá em diferentes territórios, com destaque às políticas públicas, como o SUAS, do SUS, mas também se espraiando para as mídias, para as ruas e para os muitos milhares de consultórios que são impactados também ideia cada vez mais presente no imaginário social de que nossa ciência e profissão não corrobora com exclusão, preconceito e opressão de qualquer ordem.

Fundamental ressaltar que não trabalhamos sozinhos. O alinhamento do projeto ético-político da Psicologia norteou o funcionamento da Assembleia de Política da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos, a APAF, que sinto o dever de destacar pelo alto grau de maturidade em que as diferenças, para além de respeitadas, foram reconhecidas como a riqueza da Psicologia que só aumentam sua potência e garantem o caráter de Sistema Conselhos. Na mesma linha, saudar os muitos colaboradoras e colaboradores envolvidos nas diferentes frentes de pesquisa, produção de conhecimento e atuação nos núcleos, comissões, grupos de trabalho entre outros. Destaque (sempre insuficiente) ao papel determinante de cada uma das profissionais do CFP que, cumpriram suas funções /tarefas com competência e engajamento sempre acima de qualquer expectativa que pudéssemos ter.

Tudo isso em sinergia com um Plenário notavelmente comprometido e que fez jus ao que preconiza a ferramenta do Planejamento Estratégico que afirma que 'quem planeja, executa'.

A roda da história segue e 2019 foi o ano da categoria definir, no processo democrático e participativo do 10º CNP, as balizas do projeto ético-político da profissão. No mesmo processo, democraticamente, escolheu a nova gestão na qual depositaram muita confiança e renovaram

suas esperanças de que a Psicologia siga avançando/resistindo e resistindo/avançando.

Resistir e avançar (re/existência), penso ser esse o nosso legado, que espero ter a potência necessária para impulsionar novos avanços ou, dialogicamente, que nossas realizações, mas também nossas insuficiências, sejam caldo de cultura para a criação de **novos futuros**.

ROGÉRIO GIANNINI

Presidente do Conselho Federal de Psicologia

XVII Plenário do CFP

INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo prestar contas das definições estratégicas tomadas pelo 17.º Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em seu seminário de planejamento estratégico, realizado em fevereiro de 2017. As informações aqui apresentadas têm relação com os *resultados e objetivos estratégicos* definidos naquele momento, sem que isso signifique um rol exaustivo de todas as ações do CFP.

No seminário de planejamento estratégico, realizado em fevereiro de 2017, a autarquia definiu quatro grandes temas estratégicos para a gestão, são eles: Exercício da Profissão, Políticas Públicas, Psicologia em Evidência e Direitos Humanos.

Para cada tema foram construídos um ou mais objetivos estratégicos a serem alcançados, sendo que cada objetivo correspondia a resultados que se projetava para a gestão naquele momento.

A estrutura deste documento está definida com o fim de declarar os resultados alcançado e oferecer juízos sobre a realização dos objetivos que a gestão se propôs.

Estrutura do documento

Tema estratégico

- Objetivo estratégico
 - Resultado Estratégico
 - Ações, fatos, informações e afirmações que fundamentam os resultados.

Base de informações deste documento:

1. Relatório do Planejamento Estratégico realizado em fevereiro de 2017 que definiu as metas, visão de futuro e objetivos estratégicos da gestão expressos no mapa estratégico da autarquia;
2. Relatórios de monitoramento do Plano de Trabalho;
3. Relatórios das gerências, comissões e núcleos do CFP;
4. Relatórios 2017, 2018 enviados ao Tribunal de Contas da União.

Comitê Gestor do Planejamento Estratégico

1. TEMA ESTRATÉGICO I

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

ANÁLISE DO CONTEXTO

É papel do CFP assegurar que o exercício profissional da Psicologia atenda a demandas sociais, norteado por “elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada realização de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo”.

Quando assumimos a gestão do XVII II Plenário o país entrava em um processo histórico de enorme insegurança quando ao futuro. Os indicadores de confiança nas instituições caíam gradativamente. Entre 2009 e 2018, a confiança nas instituições despencou de 58 % em 2009, para 49 % em 2017 e 44 % em 2018. (IBOPE)

Nosso desafio estava posto, tanto para a categoria quanto para a sociedade de posicionar o exercício da Psicologia num patamar de confiança da sociedade e das psicólogas(os) diante dos desafios que assumimos.

A leitura de contexto que visualizamos em 2017 revelava a necessidade de reorientar a atuação do CFP para organizar um de ideias onde as forças da Psicologia pudessem convergir para enfrentar como ciência e profissão, as respostas que a categoria confiou ao XVII Plenário do CFP, a partir das resoluções n.º do IX CNP, e que a sociedade, no seu caráter institucional e republicano, confia aos Conselhos Profissionais.

Para dar conta deste entendimento definimos quatro grandes temas estratégicos entre estes um identificado como **EXERCÍCIO DA PROFISSÃO**. **Para este tema, vislumbramos** quatro grandes **objetivos** a serem alcançados no período de três anos de mandato:

1. Contribuir, em parceria com as diferentes entidades da Psicologia, para a formação e qualificação do exercício profissional
2. Orientar, regulamentar e produzir referências para o exercício profissional das(os) psicólogas(os), incluindo novas possibilidades de atuação
3. Buscar assegurar o cumprimento das práticas profissionais privativas da(o) psicóloga(o)
4. Articular, com outras profissões, a interface da atuação da(o) psicóloga(o)

Temos ciência de que cada um desses objetivos se fundamenta por diferentes necessidades e perspectivas dentro da Psicologia. Podem haver diferentes percepções de satisfação quanto aos resultados que se buscam para cada um deles, e, com certeza, três anos de mandato são insuficientes para dar conta da tamanha complexidade e diversidade de atuação da Psicologia, como ciência e profissão.

Para cada um dos objetivos foram traçados resultados, qualificando o que considerávamos possível. Estes resultados guardam relação entre si e dialogam com a ideia força de criar um campo de convergências entre as principais entidades e segmentos da Psicologia brasileira na formação, pesquisa, nas políticas públicas e na clínica propriamente dita, para em conjunto, oferecermos como ciência e profissão, respostas à sociedade que deem potência a contribuição que a Psicologia pode e tem compromisso em oferecer.

Observando os resultados da gestão, identificamos o planejamento que realizamos. É possível constatar o esforço concentrado dos profissionais do CFP, das conselheiras e conselheiros deste plenário, e que muito do que visualizamos como resultados para cada um dos objetivos foi sedimentado, e se não concluído, pois, alguns desses resultados serão perceptíveis no longo prazo; outros resultados, mais pontuais, necessitam de gestão para manter-se no médio e longo prazos. Entre os resultados que entregamos consideramos importante salientar alguns que incidem de maneira particular no exercício profissional da Psicologia.

Atuamos para unificar a Psicologia brasileira em defesa da ciência, profissão, ensino e de suas entidades científicas, profissionais e de formação, e acreditamos termos contribuído. Retomamos a organização e realização dos anos temáticos, que são momentos de discussão e elaboração da categoria, bem como os propósitos do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Realizamos o diálogo com as psicólogas(os) sobre a prática do exame criminológico no âmbito do sistema prisional no que diz respeito à sua finalidade e aos princípios éticos e técnicos da profissão. Aprovamos o código de processamento disciplinar, incidindo na orientação e fiscalização do exercício profissional e alteramos os prazos para a constituição das câmaras de negociação nos processos éticos.

Articulamos nossa relação com outros conselhos profissionais, e defendemos pautas comuns de interesse social, entre elas o SUS, as comissões de direitos, a participação e controle social e a própria manutenção dos Conselhos Profissionais hoje ameaçados.

Por fim, aprovamos importantes resoluções que estarão fundamentadas neste documento uma a uma, mas queremos mencionar algumas que impactam o exercício profissional, tais como a regulamentação do serviço psicológico de atendimento online (Resolução n.º 11/2018); a avaliação psicológica como especialidade da Psicologia (Resolução n.º 18/2019); o novo código disciplinar (Resolução n.º 11/2019) e a nova carteira profissional da psicóloga(o).

O tema estratégico, Exercício da Profissão, é um tema transversal que, por sua natureza, perpassa outros temas, como Direitos Humanos e Políticas Públicas, e que tem consequências na Psicologia em Evidência. O importante é demonstrar que diante de condições adversas alcançamos um conjunto de resultados realizando ações com visibilidade, transparência e articulação com amplos setores da categoria e da sociedade, para cumprir com visão de futuro e legado que desenvolvemos no Mapa Estratégico, que descrevemos como o CFP reconhecido e respeitado por psicólogas(os) e demais setores da sociedade pela construção coletiva na defesa dos direitos Humanos e de práticas profissionais ético-políticas com diálogo e respeito a diversidade.

Objetivos estratégicos do tema exercício da profissão, resultados e ações que os fundamentam

PRIMEIRO OBJETIVO:

CONTRIBUIR, EM PARCERIA COM AS DIFERENTES ENTIDADES DA PSICOLOGIA, PARA A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Resultados efetivos:

R1. A gestão do CFP atuou para unificar a Psicologia brasileira em defesa de sua ciência, profissão, ensino e de suas entidades científicas, profissionais e de formação

- O CFP está na secretaria executiva do FENPB.
- O FENPB que tinha em média a participação de nove entidades da Psicologia brasileira, conta hoje com a frequência em reuniões das vinte e seis entidades.
- O FENPB organizou com participação ativa inédita das entidades o V CBP, (2018) sendo o maior de sua história, com quatorze mil inscritos e mais de cinco mil trabalhos apresentados.

- Além disso, o Fórum participou de importantes debates e encaminhamentos da Psicologia consolidados pelo CFP em 2018, como o reconhecimento da especialização de Avaliação Psicológica pelo Sistema Conselhos de Psicologia durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) em Brasília. Das 26 entidades que compõem o FENPB, 21 assinaram uma nota de apoio a aprovação da especialidade em Psicologia, que foi lida durante a votação na APAF.
- Na mudança das Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) dos cursos de graduação em Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) articularam 118 reuniões preparatórias, onde foram concebidas mais de oitocentas propostas de todo o Brasil para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia. Ocorreram cinco encontros regionais, um por região, que debateram as propostas locais e elegeram oitocentas delegados para o Encontro Nacional, realizado em 5 de maio de 2018, em Brasília, onde foram votadas as propostas que serviram de base para a minuta das novas DCNs.

R2. O Reconhecimento da importância da ABEP pelo Sistema Conselhos de Psicologia

- ABEP participou na condução de todo o processo de discussão e aprovação das diretrizes curriculares com todos os conselhos regionais e na interlocução com o Conselho Nacional de Saúde e com o Conselho Nacional de Educação.
- CFP e ABEP realizaram campanha de combate aos diplomas falsos e cursos irregulares, intitulada “De olho nos cursos e estágios de Psicologia”. A campanha foi lançada durante o V Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência e Profissão.
- CFP, ABEP e ALFEPSI – Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia promoveram o VII Congresso da Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia (VII Congresso da Alfepsi), sediado pela primeira vez no Brasil reunindo 582 inscritos de dez países da América Latina, de 5 a 8 de setembro, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fazendo deste Congresso a maior edição do evento realizado até hoje. O encontro reuniu congressistas de Porto Rico, Uruguai, Cuba, Costa Rica, Argentina, Peru, Colômbia, Chile, México e Brasil. Apenas do Brasil, foram 450 inscritos, sendo 220 inscrições de estudantes cotistas.

- Participamos como Conselho Federal do VIII CONGRESSO ALFEPSI, realizado em Medellín, na Colômbia, realizado entre os dias 2 e 5 de outubro 2019.
- Publicada nota “Psicologia se Aprende com Presença”, assinada pelo CFP, ABEP e FENAPSI, em referência as iniciativas de ensino de Psicologia 100% a distância.

SEGUNDO OBJETIVO:

ORIENTAR, REGULAMENTAR E PRODUZIR REFERÊNCIAS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS), INCLUINDO NOVAS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Resultado efetivo:

R1. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) contribuiu para o exercício profissional qualificado na atual conjuntura política brasileira.

- O Crepop foi reativado nos conselhos regionais de Psicologia, somente o CRP20 não está ativo.
- O CREPOP realizou o 9.º Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas com o tema “Psicologia na Defesa das Políticas Públicas”, enfatizando debates a respeito de como o desmonte das políticas públicas impactam diretamente na qualidade do trabalho dos psicólogas(os).

R2. O CFP atuou para a atualização das normativas da Psicologia

- Resolução CFP n.º 09/2018, que estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e revoga as Resoluções n.º 002/2003, n.º 006/2004 e n.º 005/2012 e notas técnicas n.º 01/2017 e 02/2017. A nova resolução adequou a normativa antiga às necessidades de ordem ética, técnica e científica, dinamizou a produção científica de instrumentos psicológicos e deu celeridade do fluxo de trabalho do SATEPSI.
- Ainda dentro da temática da avaliação psicológica, o CFP contou com a parceria do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e da Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego (ABRAPSI) para atualizar e revisar

as Resoluções CFP n.º 007/2009 e 009/2011, que instituem normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito.

- Na prática profissional do atendimento clínico o CFP editou, em maio de 2018, a resolução CFP n.º 11/18, que regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação, revogando a Resolução anterior sobre o assunto, de n.º 11/2012.
- Implementou o Cadastro Nacional de Profissionais para Prestação de Serviços Psicológicos por meio de TICs – E-Psi, criado para cadastrar todos os psicólogos que desejarem oferecer serviços psicológicos por meio de TICs, conforme preconiza a resolução CFP n.º 11/2018.
- Foi promovido um treinamento sobre o E-Psi por videoconferência com todos os conselhos regionais de Psicologia, além do debate on-line, intitulado Diálogo Digital: “Novidades Sobre o Atendimento Online”.
- Foi expedido o Novo Código de Processamento Disciplinar (CPD). A resolução é um instrumento que visa a delinear para a sociedade e para a Profissional da Psicologia, de forma normativamente transparente, as responsabilidades e deveres do psicólogo: quanto a denúncias, investigação e apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Ética e legislação da Profissão.
- O Conselho Federal de Psicologia divulgou o serviço de consulta a todas as resoluções e portarias publicadas pelo órgão, conforme matéria publicada na página virtual do Conselho Federal de Psicologia.¹ Desde então, todas as normativas do CFP podem ser acessadas por meio de sua página virtual.²
- O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas** (CREPOP), abriu consulta pública às(aos) psicólogas(os) para a futura publicação **“Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de IST/HIV/Aids”**.
- Consulta pública do Crepop: Atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres. A Psicologia na Gestão Integral de Riscos acompanha a possibilidade, não apenas de levar

1 Todas as resoluções registradas neste documento estão disponíveis em: <<https://site.cfp.org.br/conheca-o-servico-para-consulta-de-normas-e-resolucoes-do-cfp/>>. Acesso 29/11/2019

2 Todas as normativas registradas neste documento estão disponíveis em: <<https://www.atosoficiais.com.br/cfp>> Acesso em 29/11/2019

atendimento a um território atingido por uma situação adversa, mas também busca atender às demandas de uma população que já se encontra em uma situação de vulnerabilidade, sob a perspectiva das estratégias de mitigação, prevenção e antecipação.

- O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do Centro de Referência Pública e Políticas (CREPOP), abriu consulta pública para que psicólogas(os) possam contribuir com a futura publicação “Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de Diversidade Sexual”.
- O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do Centro de Referências Públicas e Políticas (CREPOP), abriu consulta pública para que as(os) psicólogas(os) possam contribuir com a futura publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Política de Segurança Pública”.
- O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio do Centro de Referências Públicas e Políticas (CREPOP), abriu consulta pública, para que as(os) psicólogas(os) possam contribuir com a futura publicação “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais”.
- Em outubro de 2019, o CFP apresentou à categoria o **Guia de Orientação: Psicologia e Saúde Suplementar**³, que aborda o papel da(o) psicóloga(o) na atenção em Saúde Suplementar, bem como a relação dessa(e) profissional com as Operadoras de Planos de Saúde. O documento foi elaborado em parceria com alguns conselhos regionais de Psicologia (CRPs) e com a Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI), que compuseram o Grupo de Referência em Saúde Suplementar.

R3. Defesa da Resolução 01/1999

- Decisão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2017, de publicar a Resolução n.º 01/18, que estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. A normativa foi publicada em 30 de janeiro de 2018.
- Em setembro de 2017, a Resolução 01/99 foi alvo de ação popular movida por um grupo de psicólogas(os) e não psicólogas(os) defensores do uso de terapias de reversão sexual.

3 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/guia-de-orientacao-psicologia-e-saude-suplementar/> Acesso em 29/11/2019

- Outra decisão da Apaf, de dezembro, foi o destaque ao nome social de profissionais da Psicologia, travestis e transexuais, na carteira de identidade, emitida pelos conselhos regionais de Psicologia.
- Articulação com diferentes entidades da Psicologia, dos movimentos sociais e movimentos LGBTI para a publicação de notas em defesa da resolução n.º 01/99.
- Apresentação da resolução n.º 01/99 no congresso internacional da APA;
- Lançamento da Publicação "Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs", em 28 de junho de 2019, por meio da Comissão de Direitos Humanos do CFP e em parceria com as Comissões de Direitos Humanos dos CRPs, baseada em depoimentos de LGBTIs que foram submetidos a procedimentos com o objetivo de promover a mudança de sua orientação sexual ou identidade de gênero.
- CFP recebeu o prêmio nacional de DH da presidência da república em 2018 pelo trabalho desenvolvido com as resoluções n.º 01/99 e 01/18.

TERCEIRO OBJETIVO:

BUSCAR ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS PRIVATIVAS DA(O) PSICÓLOGA(O)

Resultado efetivo:

R1. O CFP tem atuado para garantir práticas privativas da Psicologia.

- A autoridade para definir quais são as práticas privativas de profissionais é do poder legislativo e do executivo. O CFP acompanhou e atuou com empenho nas pautas desta temática que tramitaram no Congresso Nacional.
- O CFP participou de discussões sobre temas relacionados a práticas privativas da profissão junto ao Fórum de Conselhos Federais da Área da Saúde e no Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.
- O CFP orientou os conselhos regionais sobre procedimentos de denúncias de testes psicológicos divulgados na internet;
- Encaminhamento de orientações sobre procedimentos de denúncias de testes psicológicos divulgados na internet. Além disso, o CFP está tentando contato com a empresa Google para discutir a temática. A CCAP também está em contato direto com as editoras e laboratórios de pesquisa pedindo união de esforços no combate dessas práticas.

O CFP monitora projetos de Lei que visam a regulamentar práticas privadas e não privada da Psicologia.

O CFP monitora via assessoria legislativa os Projetos Legislativos em tramitação, com posicionamento de defesa das práticas privadas da Psicologia, observando que é de prerrogativa do legislativo e do executivo federal a definição sobre as práticas privadas de cada profissão.

- **PLS 439/2015 dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.**

Pesquisa publicada pelo CFP (LHULLIER, 2013), demonstra que 11 % dos psicólogos atuando como psicólogos organizacionais, o que corresponde, em números atuais, a mais de trinta e um mil psicólogos. A área de Psicologia Organizacional e do Trabalho é a segunda maior área de especialização dos psicólogos, correspondendo a 14 % dos psicólogos especialistas. O resgate histórico, bem como dos dados apresentados testemunham a presença relevante do psicólogo organizacional em empresas e organizações públicas, cujo campo corre o risco de lhes ser interdito com a regulamentação de outra categoria profissional.

- **PLC 31/2010 (PL 3512/2008). Trata da regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.**

A Psicopedagogia não é um campo científico próprio. O CFP se posiciona contrário à criação de uma nova profissão que se sobreponha a profissões já existentes, sem o qualificado atendimento às demandas sociais e entende que Psicopedagogia é uma especialidade e não profissão.

- **O PLS 98/2015 Psicologia de Trânsito**

Este PLS altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.

Em maio de 2018, representantes do CFP estiveram reunidos com relator para conversar sobre o andamento do projeto. O relator reafirmou seu posicionamento favorável à inserção da avaliação psicológica nas renovações e também manifestou o seu compromisso com o ponto de pauta.

Melhores condições de trabalho

- Realizamos atividades no Congresso para articular medidas que visam a melhoria das condições de trabalho e a qualidade de vida das psicólogas/os, como: **trinta horas semanais**

- CFP atuou pela aprovação da alteração da jornada de trabalho do psicólogo. Em maio, o PLS 511/2017, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a matéria ficou pronta para a pauta do Plenário. O Projeto de Lei acrescenta o artigo 14-A à Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do psicólogo. Determina que a duração do trabalho normal do Psicólogo não poderá ser superior a trinta horas semanais.
- Sobre as práticas privativas, vale ressaltar a publicação da resolução CFP n.º 01/2018, que orienta os profissionais da Psicologia a atuar, no exercício da profissão, de modo que as *travestilidades* e transexualidades não sejam consideradas patologias. A publicação da nova norma foi feita no Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, dia 29 de janeiro.

XI Concurso de Provas e Títulos

- O CFP realizou o XI Concurso de Provas e Títulos para concessão do Título de Especialista em Psicologia foi realizado em 4 de fevereiro de 2018, com um total de 1689 inscritos, distribuídos pelas cidades de Rio Branco (AC); Maceió (AL), Macapá (AP), Manaus (AM), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Brasília (DF), Vitória (ES), Goiânia (GO), São Luís (MA), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), Recife (PE), Teresina (PI), Rio de Janeiro (RJ), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Florianópolis (SC), São Paulo (SP), Aracaju (SE) e Palmas (TO).
- Inscreveram-se 171 profissionais para as especialidades de Neuropsicologia, 280 para Psicologia Clínica, 29 para Psicologia do Esporte, 164 para Psicologia do Trânsito, 145 para Psicologia em Saúde, 133 para Psicologia Escolar e Educacional, 270 para Psicologia Hospitalar, 154 para Psicologia Jurídica, 176 para Psicologia Organizacional e do Trabalho, 145 para Psicologia Social, 4 para Psicomotricidade e 18 para Psicopedagogia.
- Dia 1.º de novembro de 2019, foi publicado o edital do XII Concurso de Provas e Títulos para Obtenção do Título Profissional de Especialista em Psicologia. As inscrições estão abertas desde o dia 04 de novembro de 2019 e serão encerradas em 13 de janeiro de 2020. A empresa licitada para organizar o concurso é o Instituto Quadrix.

R2. Realizado monitoramento e intervenção sobre condições e relações de trabalho da(o) psicóloga(o) brasileira(o).

- O CFP e a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) publicaram a atualização da tabela de honorários realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2018. Nesta atualização, adotou-se como procedimento a aplicação, sobre os valores da Tabela de 2016, da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) no período compreendido entre 1.º de março de 2016 e 31 de dezembro de 2017.
- Em 2019, a tabela foi atualizada novamente, considerando a variação do INPC acumulado de março de 2016 até junho de 2019 (12,49482 %).
- Nesta atualização, adotou-se como procedimento a aplicação, sobre os valores da Tabela de 2016, da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) no período compreendido entre 1.º de março de 2016 e 31 de dezembro de 2017.
- O Conselho Federal de Psicologia assinou convênio com o DETRAN (SP), referente a atualizações e orientações sobre avaliação psicológica no contexto do trânsito. O objetivo é possibilitar capacitações gratuitas a todos os psicólogos credenciados ao DETRAN do estado. Como projeto piloto, busca-se replicar a experiência com o DETRAN (SP) para os demais estados brasileiros.
- Em 25 de outubro de 2018 foi realizada reunião das Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia para analisar os impactos para o exercício da profissão de psicólogo do Projeto de Lei do Senado PLS 439/215, que trata do exercício de atividades nos campos da Administração. O encontro ainda tratou da minuta de Resolução de Avaliação Psicossocial no Contexto das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, produzida pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP).
- No dia 16 de agosto de 2019 foi realizada outra reunião das Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia. A reunião teve início com análises sobre a atual conjuntura com foco no mundo do trabalho e nas relações trabalhistas, e sobre as organizações de trabalho e os impactos das questões econômicas-financeiras nos modelos de gestão e de relações de trabalho que pre-

valecem na atualidade. As Comissões ainda abordaram tópicos como mercado de trabalho, trabalho intermitente, direitos trabalhistas,

- Nota Orientativa sobre o *coaching* à categoria e à sociedade, considerando diferentes pontos técnicos e éticos envolvidos na atuação profissional do psicólogo quando relacionada ao *coaching*. A nota fora aprovada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2018.

R3. O CFP atuou orientação e ética do exercício profissional – SOE

- **CFP aprovou e deu prosseguimento a resolução CFP n.º 07/2018 - 28/02/2018**
- Altera o prazo para a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética dos conselhos regionais de Psicologia. É relevante considerar que, nos Conselhos Regionais, onde há a Câmara de Mediação a esta prática, tem privilegiado a solução de conflitos, em muitos casos sem a necessidade de ir a julgamento.
- Foi realizado o Encontro Nacional com os presidentes e técnicos das Comissões de Orientação e de Fiscalização (COF) e das Comissões de Ética (COE) dos 23 conselhos regionais de Psicologia, com o objetivo de fomentar o diálogo entre a técnica e a ética, visando à qualidade do exercício profissional, troca de experiências, e saberes que englobam a orientação e a fiscalização.
- Temas debatidos: Relato de experiência; Discussão sobre Mediação no Sistema Conselhos; Ética Profissional para além da deontologia; Aspectos jurídicos do processo disciplinar no âmbito do Sistema Conselhos; resolução CFP n.º 11/2018 que trata do atendimento on-line; Escuta Especializada e Depoimento Especial; dentre outros.
- A Secretaria de Orientação e Ética – SOE realizou na gestão 163 processos éticos ordinários e funcionais. (32/2017 – 64/2018 – 67 – nov. 2019)
- Alteração da redação do artigo 8.º da resolução CFP n.º 003/2007, já publicada no DOU.
- Atendimento domiciliar – Nota Orientativa em construção.
- Inscrição de PJ. Confeccionada e publicada a resolução CFP n.º 016/2009. A resolução versa sobre o registro e cadastramento de Pessoa Jurídica.
- CPD: A resolução CFP n.º 11/2019 foi publicada no DOU em junho e os trâmites para a confecção do CPD físico estão em andamento.

- Ocorreu treinamento com os CRPs de pequeno porte sobre o CPD – Código de Processamento Disciplinar.
- Coaching: A Nota sobre o Coaching foi publicada no sítio virtual do CFP e rede sociais no dia 14 de março de 2019.
- Resolução CFP n.º 016/2009 - Observatório: Foi realizada, no dia 12 de abril, uma Reunião Ampliada, na sede do CFP, com a participação de um representante de cada CRP, o GT, um representante online e equipe de apoio e teve como objetivo se estabelecerem os critérios para a criação do Observatório, além do delineamento dos critérios de admissibilidade das Práticas.
- A Minuta de Resolução na qual cria o Observatório de Práticas Emergentes em Psicologia está em construção.
- O CFP apoiou e sediou, entre os dias 17 e 18 de julho, o 2.º Encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização dos Conselhos Federais da Área de Saúde (EFISC). O evento, promovido pelo Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), teve como objetivo proporcionar um espaço de compartilhamento de informações e discussões referente às dinâmicas de Orientação e Fiscalização que são empregadas por cada conselho profissional.
- O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmaram acordo de Cooperação Técnica, em 08 de agosto 2019, com o objetivo de otimizar os atos de fiscalização profissional, especialmente no que se refere a eventuais irregularidades, em estágios e em profissões regulamentadas.
- Foi realizado, em novembro de 2019, o Encontro Nacional de COE e COF, na sede do CFP, presentes integrantes dos vinte e quatro conselhos regionais de Psicologia, onde os temas CPD, mediação, TICS, documentos escritos foram debatidos.

QUARTO OBJETIVO:

ARTICULAR, COM OUTRAS PROFISSÕES, A INTERFACE DA ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O)

Resultado efetivo:

R1. O Conselho Federal de Psicologia atuou com outros conselhos profissionais, sobre práticas compartilhadas

- Participação assídua no Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS – Conselhinho) e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão);
- O CFP estreitou laços com o Conselho Federal de Administração (CFA), e desta aproximação os presidentes das duas entidades, Wagner Siqueira (CFA), e Rogério Giannini (CFP), assumiram um compromisso público de iniciar um diálogo continuado entre as duas categorias sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 439/2015, que trata do exercício profissional da Administração. Os dois conselhos divulgaram uma nota conjunta sobre o assunto.
- **Em articulação com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), o CFP tratou da revisão e ampliação do rol de procedimentos de atendimento psicológico junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).**
- A revisão dos procedimentos é de responsabilidade da ANS. No dia 03 de maio de 2018, o CFP participou de reunião na ANS quando esta agência defendeu que os procedimentos atualmente existentes, relativos à Psicologia (sessão com psicólogo/psicoterapia), já são suficientes e possibilitam todo tipo de atendimento, independente de sua natureza, mesmo com os argumentos contrários apresentados pelo Conselho Federal de Psicologia.
- Apesar dos esforços empregados, apresentados acima, ainda não foi possível realizar a revisão e ampliação do rol de procedimentos de atendimento psicológico junto à ANS, visto que esta revisão é de competência exclusiva desta agência, no entanto, o CFP assume o compromisso de manter este resultado dentro de sua visão de futuro e compromisso.
- Em fevereiro de 2019, um Grupo de Referência em Saúde Suplementar, formado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e conselhos regionais de Psicologia (CRPs), formulou uma proposta de minuta de Projeto de Lei para alterar a Lei n.º 9656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. O objetivo é assegurar a autonomia das(os) psicólogas(os) em sua atuação na saúde suplementar, dispensando a obrigatoriedade de encaminhamento como condição de atendimento psicológico.
- Publicação de nota do CFP em defesa de todos os conselhos profissionais, demonstrando que cabe a eles o objetivo de fiscalizar, orientar e regulamentar o exercício profissional para proteger a sociedade.

Aprovado pelo Congresso em articulação da Psicologia junto a assistência social

O CFP em parceria com a assistência social, atuou na aprovação do PL3688/2000 pela Câmara e Senado, que prevê a Psicologia e o serviço social nas escolas públicas. Transformado em Lei, foi vetado pelo presidente da república, que teve seu veto derrubado pelo Congresso Nacional, em sessão do dia 27 de novembro.

R2. A gestão 2017 – 2019 retomou os propósitos do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)

- O SATEPSI, Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, é um sistema informatizado de avaliação de instrumentos submetidos à apreciação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), e tem por objetivo avaliar a qualidade técnico-científico dos instrumentos submetidos, conforme Anexo I da resolução CFP n.º 009/2018, assim como divulgar informações sobre as condições do uso profissional de instrumentos psicológicos à comunidade e aos psicólogos.
- Em outubro de 2018 foi publicado o quarto Edital de Chamada Pública para composição do banco de *pareceristas ad hoc* para o SATEPSI. Entre os pré-requisitos para aprovação, os candidatos apresentaram título de psicólogo reconhecido pelo Ministério da Educação, título de doutor em Psicologia e/ou áreas afins, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e publicação de, no mínimo, cinco artigos científicos em revistas classificadas com *qualis* A1, A2, B1 ou B2, na área de Psicologia, nos últimos cinco anos. Dentre os artigos, ao menos um deve estar relacionado à área de avaliação psicológica e/ou fundamentos e medidas em Psicologia. Atualmente, são 37 avaliadores dos instrumentos submetidos ao Sistema.
- No período de março de 2017 a outubro de 2019, foram avaliados 58 testes psicológicos pelo SATEPSI. Entre eles, seis versões equivalentes de testes psicológicos aprovados (plataformas informatizadas e não informatizada) receberam parecer favorável, dezoito atualizações de normas receberam parecer favorável e, dentre os testes psicológicos, 26 receberam parecer favorável e oito receberam parecer desfavorável.

- Foi desenvolvida nova plataforma para o Sistema de Avaliação, no sentido de torná-lo mais acessível para a categoria e disponibilizar informações sobre construtos avaliados, público-alvo, idade da amostra de normatização, aplicação, correção dos testes psicológicos favoráveis, a fim de auxiliar o psicólogo na sua tomada de decisão.
- Lançamento de número especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão do CFP, intitulada “Avaliação Psicológica: quinze anos do SATEPSI”;
- Lançamento da Campanha “Desafios e mitos na avaliação psicológica”, com criação de *gifs* e charges com informações sobre uso de testes psicológicos e avaliação psicológica;
- Lançamento do Prêmio Profissional Avaliação Psicológica direcionada a pessoas com deficiência.

Ainda dentro das comemorações, foram realizados quatro “Diálogos Digitais”, espaço criado pelo CFP para debater, pela internet, questões de relevância social, com as seguintes temáticas emergentes:

1. Avaliação Psicológica Compulsória (14/06/2018) – 17,6 mil visualizações
2. Como escolher um teste psicológico? (19/07/2018) – 43 mil visualizações
3. Avaliação Psicológica e Inclusão (18/10/2018) – 13,3 mil visualizações
4. Avaliação Psicológica: cirurgia bariátrica e de redesignação genital (05/12/2018) – 7,6 mil visualizações

R3. Realizamos o diálogo com a categoria sobre a prática do exame criminológico no âmbito do sistema prisional no que diz respeito à sua finalidade e aos princípios éticos e técnicos da profissão.

- O CFP, por meio do CREPOP e da Gerência Técnica, lançou à categoria, em 23 de maio de 2018, uma consulta pública sobre a atuação profissional no Sistema Prisional, com ênfase na aplicação do exame criminológico. O levantamento utilizou a coleta on-line em junho de 2018 e contou com um total de quinhentos respondentes efetivos. Os dados foram tratados e a pesquisa foi concluída em julho de 2019. No dia 25 de julho de 2019 foi realizado o diálogo digital “Atuação da Psicologia na Execução Penal” para apresentação dos dados qualitativos da pesquisa. O relatório completo da pesquisa será divulgado em breve, pois, já está em fase de diagramação.
- Realização de reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Conselhos que trata da atuação do psicólogo no Sistema Prisional, com par-

ticipação dos conselhos regionais. Como encaminhamentos desta reunião, houve a proposta de aproximação e aglutinação dos profissionais por meio dos conselhos regionais, a fim de promover o fortalecimento da categoria; realização de Diálogo Digital e Seminário no primeiro semestre de 2019; e proposta de que cada Regional constitua sua própria Comissão ou Núcleo de Psicologia Jurídica.

- A continuidade do GT foi aprovada na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2018.
- Realizado Diálogo Digital sobre a atuação da Psicologia na Execução Penal

R4. O CFP aprovou resoluções que incidem no exercício da profissão

- **Resolução CFP n.º 18/2019**

Tema: Avaliação Psicológica

Reconhece a Avaliação Psicológica como especialidade da Psicologia e altera a resolução CFP n.º 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia.

- **Resolução CFP n.º 16/2019 Veja na íntegra**

Tema: registro de pessoa jurídica cuja atividade principal é prestação de serviços de Psicologia

Regulamenta no sistema conselhos as pessoas jurídicas que atuam com serviços de Psicologia

- **Resolução CFP n.º 11/2019 Veja na íntegra**

TEMA: Código de processamento disciplinar

Publicação do novo código de processamento disciplinar.

REVOGADA: REVOGA RESOLUÇÃO 06/2007

- **Resolução CFP n.º 11/2018 - 11/05/2018 Veja na íntegra**

Tema: Serviços Psicológicos online

Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a resolução CFP n.º 11/2012.

Revogada: revoga resolução CFP n.º 11/2012

- **Resolução CFP n.º 010/2018 - 27/03/2018 Veja na íntegra**

Tema: Inscrição de profissionais

Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências.

- **Resolução CFP n.º 09/2018 - 25/04/2018 Veja na íntegra**

Tema: Avaliação psicológica

Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e revoga as Resoluções n.º 002/2003, n.º 006/2004 e n.º 005/2012 e Notas Técnicas.

- **Resolução CFP n.º 003/2017 - 08/05/2017 Veja na íntegra**

Tema: Avaliação psicológica

Altera a resolução CFP n.º 034/2015, que define e regulamenta a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.

- Aprovada na resolução sobre a nova carteira profissional da Psicologia

Foi aprovada por unanimidade pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, nesta sexta-feira, 14, a minuta de resolução que define a nova da carteira de identidade profissional (CIP) da Psicologia e sua versão digital, a e-CIP.

2. TEMA ESTRATÉGICO II

PSICOLOGIA EM EVIDÊNCIA

ANÁLISE DO CONTEXTO

A constituição cidadã, de 1988, e posterior organização de políticas públicas abrangentes impulsionaram a Psicologia a formular a ideia de compromisso social. Este projeto ético-político toma forma nos Congressos Nacionais de Psicologia (CNP) desde sua primeira edição em 1994. A raiz do projeto ético-político da Psicologia brasileira está firmada nos valores aliçados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, na perspectiva do diálogo, onde a Psicologia se fez e se faz como ciência e profissão.

Num tempo onde há mais muros do que pontes para o diálogo, o tema Estratégico Psicologia em Evidência recupera o diálogo como elemento central de sua relação entre os diferentes saberes e fazeres da Psicologia, e da Psicologia com a sociedade, seja a sociedade civil organizada, sejam as instituições de Estado, os movimentos sociais que atuam em pautas que tem relevância na prática, pesquisa e docência da Psicologia.

Para dar sentido à centralidade do diálogo ao tema Psicologia em evidência, foram demarcados quatro territórios de atuação para a gestão do XVII Plenário do CFP, são eles:

1. Diálogo com a categoria – ampliar a participação de psicólogas(os) nas decisões e ações do sistema conselhos;
2. Diálogo com a sociedade – incentivar o reconhecimento da Psicologia como referências nos debates sobre temas que envolvam a subjetividade humana, a partir de uma visão crítica que contribua para a transformação da sociedade
3. Diálogo com o Estado – garantir a presença e incidência da Psicologia nas ações, proposições de leis e debates afeitos à defesa e execução de direitos
4. Diálogo com os movimentos sociais – ampliar as contribuições da Psicologia nas demandas dos movimentos sociais.

O diálogo com os diferentes segmentos da Psicologia e sociedade, tem como intencionalidade uma perspectiva dialógica, na qual somos parte da construção de sentidos, possibilidades e atuação conjunta com responsabilidades distintas.

Os processos nos quais participamos ou fomos protagonistas na construção com outros sujeitos sociais, tiveram por consequência pavimentar caminhos para realizarmos a missão a que nos propomos em fevereiro de 2017:

Promover processos ético-políticos e institucionais que impactem no desenvolvimento e Organização da Psicologia como ciência e profissão, incidam na transformação social, com vistas à construção de uma sociedade do bem viver, estruturalmente justa e igualitária. (Fonte: Mapa Estratégico CFP 2017-2019)

É correto dizer que como processo dialógico, os resultados que colhermos são compartilhados com diferentes sujeitos, pessoais e coletivos, e apesar de um conjunto de iniciativas estar em nosso desenho estratégico, a coordenação de ações e os frutos que colhemos são consequência da atuação de todas as partes envolvidas.

Alguns resultados efetivos

No compromisso de diálogo com a categoria, há momentos que foram marcantes, mas queremos destacar o processo de construção e realização do 10.º CNP, que foi realizado com amplo envolvimento e participação da categoria a partir dos COREPs nos estados debatendo os três temas eixos “Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos”; “O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e direitos humanos” e “Do Exercício Profissional”.

Num tempo de enormes desafios, diferentes sujeitos da Psicologia participaram de forma ativa e consistente nos Pré-COREPs, COREPs e depois como delegadas e delegados no 10.º CNP, demonstrando capilaridade força, mobilização e posicionamento da Psicologia diante dos dilemas da sociedade e do exercício da profissão.

Nestes três anos buscamos a construção de diálogos estabelecendo agendas presenciais do CFP nos estados especialmente as reuniões itinerantes da diretoria, e construímos uma *comunicação integrada* entre as ações dos regionais e instituições da Psicologia respeitando a diversidade, pluralidade e diferentes perspectivas de posicionamento de sujeitos profissionais num país de dimensões continentais. Buscamos proporcionar com o programa os Diálogos Digitais, a construção de um espaço de conexão de caráter político-científico dos mais variados temas e pautas da Psicologia, no qual profissionais participaram diretamente dos seus consultórios, casas e espaços coletivos com acesso à internet.

Na relação com outras categorias atuamos na articulação entre profissionais da Psicologia e da Assistência Social, para discussão e enfrentamento das dificuldades do exercício da profissão. Com outras entidades profissionais elaboramos subsídios para a compreensão da presença da Psicologia nos processos de ensino-aprendizagem e incentivamos a comunidade escolar a debater essas questões.

O CFP tornou-se, nestes três anos, a principal fonte de referências de informações e posicionamentos para os meios de comunicação em assuntos relacionados à atuação da autarquia e de relevância para a Psicologia, além de estabelecer, como autarquia de Estado, uma participação marcante da representação da Psicologia, nos conselhos nacionais ligados à garantia de direitos e controle social.

Nas relações de diálogo com o Congresso, executamos um plano de proposição, monitoramento e acompanhamento de projetos de lei referentes ao exercício profissional e à defesa de direitos. Isso nos proporcionou por exemplo, estabelecer uma relação de *advocacy* para a aprovação da lei que determinava o atendimento psicológico e da assistência social nas escolas públicas. Lei esta que foi aprovada no Congresso Nacional, vetada pelo presidente da república e que teve seu veto derrubado pelo Congresso Nacional em sessão do dia 27 de novembro.

Nos diálogos com os movimentos sociais, o CFP buscou estar presente nas principais iniciativas que carregavam pautas que tem relação com a Psicologia como ciência, e com o exercício da profissão.

Acreditamos que a Psicologia se espalhou como profissão em diferentes espaços de diálogo com a sociedade e entre sujeitos pessoais e coletivos da própria Psicologia, e que o Conselho Federal cumpriu um papel relevante neste processo de inserção da Psicologia em diferentes debates com a sociedade e com as instituições de Estado. Por certo, esta é uma premissa de quem tem a democracia participativa como valor, em um estado de relações de *dialogicidade* entre sujeitos diferentes e diversos, e de cumplicidade com as perspectivas de uma Psicologia alinhada com as conquistas civilizatórias da segunda metade do século XX, em especial, as vinculadas a Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas Cartas.

O que segue, são um juízo de resultados fundamentados por ações e atividades para cada um dos objetivos traçados no planejamento estratégico realizado em 2017, e com isso buscamos demonstrar que o trabalho realizado, até aqui tem avanços e recuos, mas sempre posicionados em uma perspectiva da Psicologia como ciência e profissão.

Objetivos estratégicos do tema Psicologia em evidência, resultados e ações que os fundamentam

PRIMEIRO OBJETIVO:

DIÁLOGO COM A CATEGORIA – AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) NAS DECISÕES E AÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS

Resultados efetivos:

R1. Foi realizado CNP com ampla participação de psicólogas(os) utilizando novas formas organizativas presenciais e mediadas por meios digitais.

O 10.º CNP – Congresso Nacional de Psicologia foi realizado entre 30/05/2019 a 02/06/2019 com o tema “O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.” Acompanhando as atividades realizadas pelos conselhos regionais de Psicologia que compõem a etapa regional do processo.

O processo total do 10.º CNP contou com a participação de 23.867 pessoas. Número 22 % maior que a última edição, em 2016.

O CFP desenvolveu sistema informatizado para a inclusão e sistematização de propostas ao 10.º CNP e acompanhou as atividades realizadas pelos conselhos regionais de Psicologia que compõem a etapa regional do processo.

Foram definidas as diretrizes e ações políticas que serão priorizadas no próximo triênio por meio de debates realizados no 10.º CNP em Brasília.

R2. Implementado projeto integrado de comunicação do CFP

Projeto: comunicação e interação, transparência e democrática

Diálogos digitais

O projeto incluiu a presença da diversidade da profissão, promovendo espaços de discussão de temas de interesse e pertinentes à Psicologia.

Cumprir significativo papel no projeto de comunicação os “Diálogos Digitais”, debates on-line criados pelo CFP em 2017 para dialogar pela internet sobre os mais diversos temas que se relacionam à Psicologia. Sempre transmitidos ao vivo, pelos canais do CFP no Facebook, Youtube e

Instagram, os Diálogos Digitais têm por características principais serem dinâmicos, interativos e com foco na participação do público, buscando atender o objetivo estratégico de ampliar a participação de Psicólogos nas questões relativas ao CFP, ao do Sistema Conselhos, e à Psicologia.

O uso dessa modalidade de debates on-line foi ampliada e consolidou-se como instrumento de comunicação do CFP. Foram realizados mais de vinte e cinco diálogos digitais em um período de trinta meses de gestão.

DEMANDAS DO INBOX

Ainda no diálogo direto com a categoria e a sociedade, o CFP deu atenção especial às demandas provenientes do Inbox das redes sociais (Facebook) do Conselho, em trabalho conjunto com a Ouvidoria do CFP.

Além disso, nas postagens do CFP no Facebook e Instagram, a partir de setembro deste ano — mês em que se comemora o dia da pessoa com deficiência, aderimos às ações de atendimento e inclusão de pessoas com deficiência, passando a utilizar a *hashtag* #pracegover: projeto de disseminação da cultura da acessibilidade nas redes sociais que tem, por princípio, a descrição de imagens e a audiodescrição para apreciação das pessoas com deficiência visual.

Cobertura de eventos

Além dos Diálogos, o CFP realizou **divulgação e cobertura** de eventos e transmissões ao vivo de eventos internos e externos, ações estas que estão em conformidade com as diretrizes do CFP para a gestão de 2017-2019, como as que se referem a evidenciar as práticas da Psicologia.

Eventos onde atuamos com destaque:

- Encontro de Bauru: trinta anos de luta por uma sociedade sem manicômios
- Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia – vinte anos da Comissão de Direitos Humanos
- Semana Nacional da Luta antimanicomial: Programação inclui debate digital e sessão na Câmara dos Deputados, além de atividades em todo o país
- 13.º Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (Conpe) – Salvador (BA)

- Encontro de Bauru, trinta anos de luta antimanicomial
- IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas
- 13.ª edição do Fórum Social Mundial
- VIII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos
- Ano de Formação da Psicologia – Diretrizes Curriculares Nacionais
- VII Congresso da Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia (Alfepsi)
- V Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão
- 10.º Congresso Nacional da Psicologia (CNP)
- Seminário Internacional da Ulapsi
- I Mostra de Práticas em Psicologia no Suas
- Conferência Livre: “Retrocessos da “Nova” Política de Saúde Mental: Resistir e Avançar” - A etapa precedeu a 16.ª Conferência Nacional de Saúde (8+8)
- 16.ª Conferência Nacional de Saúde (8.ª+8)
- XIV Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (Conpe): Educação, Inclusão e Direitos Humanos: Interloquções com a Psicologia Escolar e Educacional.
- XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO)
- I Encontro Nacional de Psicólogas(os) do Ministério Público

Campanhas

O CFP produziu campanhas, materiais gráficos e publicações.

ALGUMAS CAMPANHAS

- Campanha Psicologia contra a redução da idade penal
- Campanha nacional de DH de 2018/2019 (#DiscursoDeÓdioNão)
- Campanha de combate ao preconceito contra usuárias e usuários do SUAS agora em Libras
- Campanha: Dia da psicóloga e do psicólogo (55 anos da profissão)
- Campanha: Dia da psicóloga e do psicólogo (56 anos da profissão)
- Campanha: Dia da psicóloga e do psicólogo (57 anos da profissão)
- Campanha: todo racismo é uma forma de violência
- Campanha para o Ano da Formação em Psicologia está nas redes

- Campanha Quinze anos Satepsi
- Campanha pelo respeito à diversidade ganha apoio de entidades e universidade
- Campanha de Combate ao Preconceito contra a Usuária e o Usuário da Assistência Social

Materiais impressos da Psicologia como ciência

- **Revista Diálogos** (voltou a ser produzida após seis anos)
- **Revista Psicologia: ciência e profissão:** Em 2017, a *Revista Psicologia: ciência e profissão*, publicou noventa artigos distribuídos em quatro edições regulares, mais o número especial “A Psicologia e Democracia”.
- Em 2018, 721 manuscritos foram e publicou cinquenta artigos distribuídos em quatro edições regulares, além de um dossiê de seis artigos sobre acessibilidade incluído na edição 38.3 e o número especial “Avaliação Psicológica: quinze anos do Satepsi”, cuja organização ficou sob os cuidados da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP). Ainda, foi organizada a edição especial “Psicologia, Sistema Prisional e Segurança Pública”, que foi lançada em 2019.
- Em 2019, a revista passou a utilizar o sistema de fluxo contínuo e até o momento, já publicou 33 artigos.
- No dia 14 de março de 2019, foi lançada a edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão – Segurança Pública e Sistema Prisional durante o Diálogo Digital “Psicologia e Segurança Pública”. Em novembro de 2019, também foi lançada a edição especial **Psicologia Território e Violência**. Ainda para 2019, estão previstas as seguintes Edições Especiais:
 - **O lugar da Psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero.**
 - **Psicologia interseccionalidade e povos tradicionais.**
 - **Relações Raciais**
- Lançadas novas referências técnicas do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas (Crepop) sobre Mobilidade Humana e Trânsito;
- Revista PCP Povos e Comunidades Tradicionais disponível para acesso
- CFP lança Pesquisa sobre Violência e Preconceitos na Escola durante XIV Conpe

- CFP apresenta Relatório de Inspeções em Comunidades Terapêuticas em encontro na Argentina
- Goiás recebe lançamento regional do livro *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTI's*
- Conheça as deliberações do 10.º Congresso Nacional da Psicologia
- Estudo aborda o suicídio policial no estado de São Paulo
- Lançamento da publicação *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs*, por meio das Comissões de Direitos Humanos do CFP e dos CRPs, em 28 de junho de 2019.
- Lançamento da Publicação *Psicologia e Democracia: Nenhum Direito a Menos – Anais do VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos*, por meio da Comissão de Direitos Humanos do CFP, durante o XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em Novembro de 2019.

R3. O CFP atuou na articulação entre profissionais da Psicologia e da Assistência Social, para discussão e enfrentamento das dificuldades do exercício da profissão

- CFP foi eleito, em fevereiro de 2017, e reeleito em 2018 como entidade responsável pela Secretaria Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS que finalidade fomentar a articulação política e representar o coletivo das/os trabalhadoras/es nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão do SUAS em âmbitos municipal, estadual, regional, distrital e nacional.

Além da Secretaria Executiva, as Conselheiras do CFP atuaram junto às comissões permanentes do FNTSUAS, a saber:

- Comissão de mobilização e organização dos FETSUAS (MOB);
- Comissão de sustentabilidade e financiamentos dos Fóruns;
- Comissão de mesa permanente de negociação do SUAS;
- Comissão de comunicação e informação;
- Comissão de formação, articulação política e controle social.
- O CFP deu continuidade ao junto aos espaços de concepção, execução, monitoramento, articulação e controle social das políticas de Assistência Social.
- O calendário do FNTSUAS, foi cumprido de forma exitosa incluindo as Reuniões da Coordenação Executiva, da Coordenação Nacional, as Plenárias Nacionais e outras atividades e eventos abertos.

- Foi realizado o V Plenária Nacional do FNTSUAS – 7 e 8 de abril – São Luís, Maranhão.
- A recondução do CFP, em junho de 2018, para mais um ano na função de Secretaria Executiva do FNTSUAS, levou a Autarquia a coordenar, em parceria com o Fórum Estadual de Trabalhadoras(es) do SUAS do Pará (FETSUAS – PA) a realização de mais três importantes atividades de caráter nacional envolvendo as diferentes categorias profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social. Com o tema geral “É tempo de Resistência!”, foram realizados, entre os dias 14 e 16 de setembro, na cidade de Belém do Pará: VI Seminário Nacional do FNTSUAS, I Mostra de Experiências de Luta e Resistência no SUAS, VI Plenária Nacional do FNTSUAS.
- Ao longo das atividades, diversas categorias profissionais com atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) debateram estratégias para a garantia das políticas sociais e trocaram experiências de atuação profissional. Quase 200 pessoas participaram das atividades.
- A 1ª Mostra de Experiências de Luta e Resistência no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – “SUAS Resiste!”, contribuiu com a disseminação de experiências que inspiram novas estratégias em diferentes localidades no território nacional, a partir da troca de saberes.
- A Conselheira Federal (CFP) Andréa Esmerado coordenou a mesa de trabalhos da VI Plenária Nacional Extraordinária do Fórum, que aprovou Plano de Lutas com as diretrizes de atuação do Fórum.
- Também foram aprovadas Moções que dialogam com o tema geral do evento, materializando-o na forma de reivindicações ou declarações de repúdio a ações do poder público: “É Tempo de Resistência!”. Quatro novas Entidades Nacionais foram aprovadas como novas integrantes da Coordenação Nacional do Fórum: FENATIBREF, FENASPS, ABEPSS, CTB.

A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) é uma Comissão do Conselho Federal de Psicologia, de caráter nacional e continuado, com os propósitos de articular as ações no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia e de contribuir para atuação profissional da Psicologia no SUAS, visando à qualidade ética e técnica no exercício profissional, à defesa dos direitos socioassistenciais e a melhoria das condições e relações do trabalho como estratégia para consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

Em 2017, a CONPAS realizou um total de 06 reuniões, conforme abaixo:

- Reuniões dos membros da CONPAS: duas reuniões presenciais (20/08 e 02/11) e duas reuniões telefônicas (03/10 e 22/11);
- Reuniões da CONPAS com os CRP's: duas reuniões presenciais (08 e 09/04 e 25/11);
- *Participou* no 19.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)
- Diante do compromisso com as políticas públicas de garantia de direitos das cidadãs e cidadãos brasileiros, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da CONPAS, manifestou-se contra a retirada de recursos para custeio dos serviços públicos de Assistência Social.
- **Participação na XI Conferência Nacional de Assistência Social**
- A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) lançou e implementou a *Campanha de Combate ao Preconceito contra a Usuária e o Usuário da Assistência Social*, em parceria com o Fórum Nacional de Usuárias e Usuários da Assistência Social (FNUSUAS).
- Ainda como parte da Campanha de Combate ao Preconceito contra Usuárias e Usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, no dia 22 de março, o Diálogo Digital “Vergonha não é ter direitos, vergonha é ter preconceito”. O evento foi realizado na sede do CFP, em Brasília e transmitido ao vivo, via sítio virtual, Facebook e Youtube.
- Em 2018, a CONPAS realizou as reuniões abaixo especificadas:
 - Reuniões dos membros da CONPAS: duas reuniões presenciais (19 e 20/01; 22/03; 14 e 15/07; e 12 e 13/10) e duas reuniões telefônicas (06/03; 22/02; 26/09 e 30/04);
 - Reuniões da CONPAS com os conselhos regionais de Psicologia (CRP's): duas reuniões presenciais (11 e 12/05; e 20 e 21/10).
- A CONPAS participou do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas e suas etapas regionais.
- Vislumbrando a realização, em outubro de 2019, em outubro de 2019, da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA), com o tema “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”, o CFP divulgou, por intermédio da CONPAS, Nota sobre a Inserção da Psicologia nas Conferências dos Direitos da Criança e Adolescente, entendendo ser uma oportunidade para representantes da sociedade civil e do governo dialogarem sobre políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no Brasil.

- Em 2019, a CONPAS realizou as reuniões elencadas a seguir:
 - Reuniões dos membros da CONPAS: cinco reuniões presenciais (02 e 03/02; 09 e 10/03; 21 e 22/09; e 12 e 13/10) e quatro reuniões telefônicas (26/06; 01/07 e 08/07);
 - Reuniões da CONPAS com os conselhos regionais de Psicologia (CRP's): 01 reunião presencial (realizada nos dias 24 e 25/05) e uma reunião presencial (realizada nos dias 23 e 24/11)
- Realizou a Mostra de Práticas sobre a Psicologia no SUAS que contou com cinco etapas regionais e a regional e a Etapa Nacional da I Mostra de Práticas de Psicologia no SUAS. O encontro foi realizado na sede do CFP em Brasília (DF), com transmissão ao vivo pelo sítio virtual e redes sociais do Conselho Federal. A I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social abordou seis eixos: Rede e intersectorialidade; Identidades, saberes e territórios; Práticas coletivas e processos grupais; Processos de trabalho e interdisciplinaridade; Participação, construção do protagonismo e controle social; e Descriminalização da pobreza e combate ao preconceito. Durante a Etapa Nacional foi realizada a mesa temática “Resistência e compromisso: a agenda ético-política para a Psicologia no SUAS”, com a participação da representante do Fórum Nacional das (as) Usuárias(os) do SUAS (FNUSUAS), Aldenora González, e da integrante da Comissão de Avaliação Técnica dos trabalhos acolhidos nas etapas regionais, Neuza Maria de Fátima Guareschi.
- *Participação da CONPAS no XI Encontro Nacional do CONGEMAS - “Os Desafios da Proteção Socioassistencial em Contexto de Restrição Fiscal”.*
- *Diálogo Digital: Psicologia, Assistência Social e situações de calamidades e de emergências.*
- Divulgação e mobilização da categoria para participar da pesquisa do CNAS sobre a relação do SUAS com Sistema de Justiça e as demandas para psicólogas e outras profissionais.

SEGUNDO OBJETIVO:

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE – INCENTIVAR O RECONHECIMENTO DA PSICOLOGIA COMO REFERÊNCIAS NOS DEBATES SOBRE TEMAS QUE ENVOLVAM A SUBJETIVIDADE HUMANA, A PARTIR DE UMA VISÃO CRÍTICA QUE CONTRIBUA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Resultados efetivos:

R1. O Conselho Federal de Psicologia passou a ser considerado a principal fonte de referências dos meios de comunicação em assuntos relacionados à atuação da autarquia e de relevância para a Psicologia.

Dentro do projeto de comunicação da Autarquia para o Triênio 2017-2019, o CFP se posicionou como fonte de referência da mídia brasileira em assuntos relacionados a interesse da Psicologia e temas transversais.

Alguns temas relevantes nos quais o CFP foi procurado e se posicionou como autarquia que rege uma profissão de relevante impacto transversal na sociedade.

- Comunidades terapêuticas;
- Questões da comunidade LGBT;
- Atendimento psicológico (psicoterapia, atendimento on-line);
- Terapias de reversão sexual (Resolução 01/99);
- Terapias alternativas, como constelação familiar;
- Linguagem de ódio
- Política Nacional de Saúde Mental e de Cuidado aos usuários de álcool e outras drogas;
- Violência contra a mulher;
- Violência e Segurança Pública;
- Situação de Trabalho análoga à escravidão;
- Impactos do trabalho infantil;
- Suicídio;
- Abuso sexual de crianças e adolescentes;
- Gênero
- Transexualidades (Resolução 01/2018);
- Teste Psicológico para Porte de armas
- Atendimento psicológico e saúde mental.

Atendimento a imprensa

A procura dos meios de comunicação por posicionamentos, entrevistas e declarações do CFP é uma evidência do nível de confiança e protagonismo que a autarquia adquiriu para repercutir assuntos pertinentes à Psicologia.

O universo de atendimentos a órgãos de comunicação entre janeiro de 2017 e novembro de 2019 foi de 278 (120/17 – 155/18 – 93/19) agre-

gando sítios virtuais, *blogs*, canais abertos e fechados de televisão, órgãos de imprensa institucionais entre outros. (Gcom nov/19)

R2. O CFP participa como representante da Psicologia em conselhos nacionais ligados à garantia de direitos e controle social e mantém articulações com grupos e fóruns correlatos

Na busca pela garantia de direitos por meio do controle social, o Conselho Federal de Psicologia buscou incidir em Conselhos Nacionais de Direitos, de forma a articular com o governo e grupos da sociedade civil organizada a garantia e a promoção dos direitos humanos e dos direitos de cidadania. Sempre em consonância com o Código de Ética da categoria, pela garantia e promoção dos Direitos Humanos, apoiando os pleitos contra a supressão de políticas públicas e de direitos historicamente conquistados.

Tomando somente como base o ano de 2019, visto que a cada ano estes dados mudam, o CFP esteve presente em setenta espaços de participação e incidência política de controle social e de articulação com outras entidades e categorias. Tais espaços são listados a seguir:

Quant	SIGLA do espaço de representação	Nome do espaço de representação
1	Alerta Feminista	Alerta Feminista – Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto
2	ALFEPSI	Conselho Editorial da Revista da Asociación Latinoamericana para la Formación y Enseñanza de la Psicología
3	ANS/CATEC	Câmara Técnica de Contratualização e Relacionamento com Prestadores
4	ANS/COPISS	Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar
5	ANS/COTAQ	Comitê Técnico de Avaliação da Qualidade Setorial
6	ANS/Fator de Qualidade	Grupo Técnico da Lei n.º 13.003 – Fator de Qualidade
7	ANS/Rol de Procedimentos	Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos
8	APA	Associação de Psicologia Americana
9	Campanha Redução da Desigualdade	Campanha pela redução da desigualdade social no Brasil
10	CASC – Classind	Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa
11	CFM/Trans	Comissão para Estudo da Transexualidade

Quant	SIGLA do espaço de representação	Nome do espaço de representação
12	CIAMP-Pop Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em situação de Rua
13	CNAIDS	Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais
14	CNCD-LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT
15	CNDH	Conselho Nacional dos Direitos Humanos
16	CNDH/CP Povos e Comunidades Tradicionais	Comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, das populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários
17	CNDH/CP Privação de Liberdade	Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade
18	CNDH/CP Trabalho, Educação e Seguridade Social	Comissão permanente dos direitos ao trabalho, educação e seguridade social
19	CNDH/CPDD Mulheres, LGBTI e PIR	Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo
20	CNDH/SPDSM	Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental
21	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
22	CNDM/CMPNPN	Câmara de monitoramento do plano nacional de políticas para mulheres do CNDM
23	CNEDH	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
24	CNEVSCA	Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes
25	CNPCT	Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
26	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
27	CNRMS / CT 01	CT 01 – Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Especialidades Clínicas e Cirúrgicas
28	CNRMS / CT 02	CT 02 – Intensivismo, Urgência e Emergência
29	CNRMS / CT 03	CT 03 – Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade, Saúde Coletiva
30	CNRMS / CT 04	CT 04 – Saúde Mental
31	CNRMS / CT 05	CT 05 – Saúde Funcional
32	CNRMS / CT 06	CT 06 – Saúde Animal e Ambiental
33	CNS	Conselho Nacional de Saúde
34	CNS/CIASPP	Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde de Pessoas com Patologias

Quant	SIGLA do espaço de representação	Nome do espaço de representação
35	CNS/CIPPE	Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade
36	CNS/CIPPSPICS	Comissão Intersetorial de Promoção, Proteção e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
37	CNS/CIRHRT	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho
38	CNS/CISI	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
39	CNS/CISM	Comissão Intersetorial de Saúde Mental
40	CNS/CISMU	Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher
41	CNS/CISTT	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora
42	CNS/CT/CIRHRT	Câmara Técnica da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho
43	CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
44	CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
45	CONANDA/CA SINASE	Comissão de Acompanhamento do SINASE
46	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
47	CONATRAP	Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
48	Conselhão	Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas
49	CONTRAN/CTSMA	Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito
50	CRTS	Subgrupo de Acupuntura da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde
51	DHESCA	Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil
52	FCFAS/CE	Comissão de Educação do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
53	FCFAS/Conselhinho	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
54	FDCV Campo	Fórum por Direitos e de Combate à Violência do Campo
55	FENTAS	Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde
56	FNAS	Fórum Nacional de Assistência Social
57	FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
58	FNDCA	Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
59	FNDDH	Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos
60	FNTSUAS	Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS
61	FNTSUAS/CCI	Comissão de Comunicação e Informação

Quant	SIGLA do espaço de representação	Nome do espaço de representação
62	FNTSUAS/CFAP	Comissão de Formação e Articulação Política
63	FNTSUAS/CMO FETSUAS	Comissão de Mobilização e Organização dos FET'sSUAS
64	FNTSUAS/COF	Comissão de Orçamento e Finanças
65	Fórum GDS no SINASE do MNPCT	Fórum Nacional de Gênero e Diversidade Sexual no Sistema Socioeducativo
66	Fórum Mercosul	Fórum Mercosul para o Trabalho em Saúde
67	GEA	Grupo de Estudos sobre o Aborto
68	GT Advogados do Conselho	Grupo de Trabalho de Advogados dos Conselhos Federais
69	GT do Risco Psíquico	GT de Implantação da Lei n.º 13.438/2017 (avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças)
70	GT SUAS no Sistema Prisional	Grupo de Trabalho para construção da Política Nacional de Assistência Social no Sistema Prisional (parâmetros para composição de equipe mínima)
71	GTCCP	Grupo de Trabalho de Câncer de Cabeça e Pescoço
72	IPsyNet	Rede de Psicologia Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Questões Intersex
73	MEC / SESU / CNRMS	MEC / SESU / Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde
74	Mov. Proteção Integral	Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes
75	Plataforma RSP	Plataforma pela Reforma do Sistema Político
76	PSI-PLP	Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal)
77	Red LAPED	Rede Latino-americana de Psicologia em Emergências e Desastres
78	RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
79	RNPI	Rede Nacional Primeira Infância
80	ULAPSI	União Latino-americana de Entidades de Psicologia (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela)
81		Coletivo de Enfrentamento ao Depoimento Especial e Escuta Especializada
82		Comissão Organizadora da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena
83		GT Mulheres e Interseccionalidades da ULAPSI
84		GT da Primeira Infância do CNAS

Quant	SIGLA do espaço de representação	Nome do espaço de representação
85		GT de Suas e Sistema de Segurança do CNAS (JOARI – Averiguar nomes corretos)

R3. Em articulação com outras entidades, CFP elaborou subsídios para a compreensão da presença da Psicologia nos processos de ensino-aprendizagem e incentivou a comunidade escolar a debater essas questões

O CFP participou do VII Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional dos dias 18 a 20 de abril de 2018, na cidade de Maringá (PR). O evento, promovido em parceria com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) – instituição membro do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) – teve como tema “Psicologia Escolar e Educação Especial: políticas públicas, fundamentos teóricos e intervenções práticas em prol do desenvolvimento humano”. Na ocasião, o CFP destacou a importância de valorizar a Psicologia Escolar e defender a educação de qualidade.

TERCEIRO OBJETIVO:

DÍALOGO COM O ESTADO – GARANTIR A PRESENÇA E INCIDÊNCIA DA PSICOLOGIA NAS AÇÕES, PROPOSITURAS DE LEIS E DEBATES AFEITOS À DEFESA E EXECUÇÃO DE DIREITOS

Resultados efetivos:

R1. Foi construído e executado plano de proposição, monitoramento e acompanhamento de projetos de lei referentes ao exercício profissional e à defesa de direitos

O CFP reestruturou a sua Assessoria Parlamentar (ASPAR) e conta com uma assessoria técnica dedicada à análise dos projetos de lei de interesse da categoria, visando ao monitoramento e à incidência sobre a tramitação dos mesmos.

Efetuiu a contratação de um sistema eletrônico para o monitoramento da tramitação das pautas legislativas em tempo real.

Ao todo foram monitorados cerca de 361 projetos de lei em tramitação na câmara ou no senado federal. O CFP exerceu sua atribuição legal de servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia, a pedido de parlamentares ou por iniciativa direta, forneceu Pareceres e Notas Técnicas com subsídios para qualificar a apreciação de projetos em debate.

Entre as matérias monitoradas, destacamos as que seguem

Posicionamento favorável

- **PLS 511/2017** – Acrescenta o artigo 14-A à Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.
- **PL 769/2015** – Estabelece que a jornada de trabalho do psicólogo é de, no máximo, trinta horas semanais, sendo vedada a redução de salário para a categoria.
- **PL 7683/2017** – Altera a Lei 9.615, que institui normas gerais sobre desporto, para incluir, entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora, o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.
- **PLS 98/2015** – Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.
- **PL 8085/2014** – Altera a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.
- **PL 1015/2015** – Altera a Lei n.º 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”, para fixar o piso salarial da categoria.
- **PEC 383/2017** – Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- **Frente Parlamentar** Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

Posicionamento contrário:

- **PL 4931/2016** – Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção a Dignidade Humana.
- **PL 7081/2010** – Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.
- O CFP procura enfrentar a medicalização da vida, fenômeno que poderia ser definido, sucintamente, como excessivo uso de medica-

mentos por quaisquer dificuldades quotidianas que, facilmente, são consideradas como transtornos psiquiátricos. Muitas vezes, a agitação infantil é facilmente reputada como hiperatividade e uma tristeza esporádica como depressão, por exemplo. Nesse sentido, a categoria profissional de Psicologia, reunida democraticamente em Congressos Nacionais de Psicologia (CNP), posicionou-se contrariamente à medicalização. Entende-se, que o texto do projeto promove mais um retrocesso na educação brasileira, uma vez que se funda na redução de questões complexas do campo da educação a simples concepções organicistas de transtornos psicológicos, desconsiderando a complexidade do contexto histórico, social e cultural em que se inserem

- **PLC 74/2018 (PL 795/2003)** – Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade (projeto foi aprovado com veto na criação do conselho).
- **PEC 29/2015** – Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.
- **PL 478/2007** – Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.
- **PLC 37/2013** – Altera as Leis n.os 11.343/2006, 7.560/1986, 9.250/1995, 9.532/1997, 8.981/1995, 8.315/1991, 8.706/1993, 8.069/1990, 9.394/1996, e 9.503/1997, os Decretos-Lei n.os 4.048/1942, 8.621/1946, e 5.452/1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.
- **PL 7180/2014** – Altera o artigo 3º da Lei n.º 9.394/1996 – Escola sem partido.
- **PL 513/2015** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas.
- **PLS 333/2017** – Altera a Lei n.º 10.826/2003, para conceder o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências.
- **PL 7082/2017** – Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.
- **PL 8489/2017** – Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico. O relator

apresenta substitutivo que altera os artigos 58 e 59 da Lei n.º 9.394/1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre os educandos destinatários das especificidades da educação especial, aqueles com transtornos específicos de aprendizagem e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, e dá outras providências.

- Frente Parlamentar Mista em Defesa da “Nova” Política Nacional de Saúde Mental e da Assistência Hospitalar Psiquiátrica.

Posicionamento contrário com ressalvas:

- **PLC 19/2018 (PL 3734/2012)** – Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do parágrafo 7.º do artigo 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências.
- **PLS 439/2015** – Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração
- **PL 10712/2018** – Altera artigos da Lei n.º 12.318, de 2010 e da Lei n.º 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a modificar procedimentos relativos à alienação parental.
- **PL 10105/2018 (PLS 157/2017)** – Altera a Lei n.º 6.932/1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e a Lei n.º 12.871/2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina. CFP: Considerando o modo pelo qual as diversas condições de sofrimento são produzidas nas instâncias sociais, históricas e culturais, compreendemos que ações preventivas de apoio são consideradas mais apropriadas e efetivas, inclusive do ponto de vista do cuidado integral e humanizado em saúde mental.
- **PLC 112/2014** – Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A proposição recebeu subitamente uma emenda em plenário, que surgiu de um acordo de lideranças e inseriu o parágrafo único ao artigo 19, da Lei n.º 8.872, transferindo para o SUAS a dispensação de medicamentos, com a justificativa, no parecer, da articulação entre o SUAS e o SUS para atender pessoas em vulnerabilidade social, es-

pecialmente pessoas em situação de rua. Houve protestos por parte de vários Cress.

- **PLS 349/2018** – Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.
- CFP: Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes têm previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são coordenados, nacionalmente, pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).
- **PLS 428/2018** – Altera o parágrafo 3.º do artigo 121 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo.

QUARTO OBJETIVO:

DÍALOGO COM OS MOVIMENTOS – AMPLIAR AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NAS DEMANDAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Resultado efetivo:

R1. Na gestão 2017-2019 o CFP esteve presente nas principais ações dos movimentos sociais, em pautas que tem relação com a Psicologia, aumentando os campos de participação

O CFP participa de setenta espaços de representação, incluindo colegiados de controle e participação social, como os Conselhos Nacionais de Direitos, além de fóruns com outras entidades da Psicologia ou de outras categorias profissionais e espaços de debate e atuação em parceria com grupos da sociedade civil organizada em questões de interesse da categoria.

A inserção e atuação do CFP nos Conselhos de controle e participação social justifica-se pelo fato de que a Psicologia, como ciência e profissão, atua sempre alicerçado nos valores universais dos Direitos Humanos, como preconiza o seu Código de Ética, além de ter forte incidência profissional nas áreas das políticas públicas, como comprovado pelo levantamento realizado em 2016 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que apontou que 74,8 % das(os) psicólogas(os), cerca de 110 mil à época, atuavam prioritariamente nas atividades de educação, saúde e serviços sociais.⁴

4 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/perfildecategoria/2016/psicologos->

O CFP manteve assídua atividades de diálogo com a sociedade civil organizada.

Registros que tiveram destaque:

1.º Simpósio de Direitos Humanos dos Pacientes e dos Profissionais de Saúde – Direitos Humanos para a Enfermagem

21.ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades, Movimentos Sociais e Populares

Setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: um chamado à resistência

Atividade CRP-3 “A Psicologia e o Compromisso com a Laicidade e o Combate ao Racismo, Sexismo e LGBTfobia na América Latina”

Ato para celebrar o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia / IDAHOT

Audiência Pública – Regulamentação Nacional da Retificação de Registro Civil de Pessoas Trans

Audiência Pública do CNDH sobre os impactos da política de austeridade nos direitos humanos

Audiência Pública do Mês da Consciência Negra

Audiência Pública em comemoração aos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos trinta anos da Constituição Federal de 1988

Audiência Pública sobre o Decreto-lei n.º 2.848/1940 (Código Penal)

Debate Público em Defesa da Classificação Indicativa

Debate: Aspectos Éticos da Escuta Especial

Encontro com os profissionais dos Serviços Especializados em HIV/AIDS

Encontro Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – Conhecer, Respeitar, Valorizar

Encontro Nacional da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território

Encontro Nacional de Adolescentes do FNDCA

Encontro Nacional dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas – PROVITA

Evento comemorativo pelo Dia do Orgulho LGBTI

I Ciclo de Formação da Rede de Enfrentamento a Violência contra

I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos

I Encontro Nacional de Homens Trans da REDETRANS Brasil

II Ação Transada (Diálogo com movimento de travestis e transexuais)

II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

II Congresso Internacional da ABRAFH

II Encontro da rede de articulação de Psicologia, povos indígenas, quilombolas, tradicionais, de terreiro e em luta por território

II Seminário Nacional de Segurança Pública sem LGBTfobia e II Encontro Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI

II Seminário Regional Sobre o Sistema Prisional

III Encontro Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

IV CONAPIR

IV Encontro Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais Negras e Negros

IV Semana da Diversidade

IV Semana da Visibilidade Trans “Hanna Susart”

IV Seminário Paremos a Transfobia

IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABEH

Lançamento do Relatório Anual 2017 do MNPCT

Missão do CNDH – Visita ao Vale das Cancelas

Oficina para transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial na ESMPU

Pré-encontro São Paulo e região da rede de articulação, Psicologia, Povos indígenas, Quilombolas, Tradicionais, de Terreiro e em luta por território

Psicologia em Foco – Desastre de Mariana (MG)

Rede Nacional de Consultórios na Rua e de Rua

Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ações Parlamentares sobre Alienação Parental

Reunião da Frente Nacional de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas

Reunião de preparação do II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças

Reunião do Comitê de Acompanhamento da Política de Classificação Indicativa

Reunião do Comitê Nacional do MCCE

Reunião do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes

Reunião sobre Alienação Parental no CFP

Seminário de Saúde da Pessoa com Deficiência “Garantia da Assistência Integrada” – etapa preparatória 16.ª Conferência Nacional de Saúde

Seminário de Saúde Mental

Seminário de Saúde Mental no Sistema Prisional de MT

Seminário Internacional: Ancestralidade e Sustentabilidade da Mulher Negra na América Latina: Violência, Violação de Direitos e Emancipação

Seminário João W. Nery: dez anos do Processo Transexualizador no SUS

Seminário Nacional Pluripartidário para Fortalecimento de Estratégias de Enfrentamento a Fontes de Vulnerabilização da População LGBTI+ no próximo período

Seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação

Seminário Relações Internacionais das Entidades da Psicologia Brasileira

Seminário sobre A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Simpósio Nacional “Negro(a), Afro-religioso(a), Quilombola: Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus Reflexos no MUNDO do Trabalho”

Um mundo sem Fronteiras – A Psicologia e o Direito à Cidade e Cidadania

Workshop “Pessoas LGTBI privadas de liberdade: entre a invisibilidade e estigmatização”

Protagonismo do CFP no Fórum Social Mundial (FSM), em Salvador (BA), em março de 2018.

A Tenda Marcus Vinícius, em homenagem ao militante histórico da luta antimanicomial, brutalmente assassinado em 2016. Na tenda foram realizadas atividades da Psicologia e sua relação com a luta pela democracia e pelos Direitos Humanos. Entre as atividades ofertadas nas tendas, foram realizadas, por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do CFP, duas oficinas que contaram com a participação de muitos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e também de estudantes e profissionais da Psicologia e de outras áreas.

Temas tratados na tenda Marcus Vinícius dentro da programação do FSM 2018⁵

- Direitos Humanos e Psicologia: ações de enfrentamento à violência e à discriminação da população LGBT
- Inspeção Nacional nas Comunidades Terapêuticas: Ações Intersetoriais em Defesa da Luta Antimanicomial
- Psicologia, enfrentamento da violência de gênero e aproximações com o feminismo
- Um Olhar Negro no retrocesso da política brasileira atual: “Estado Mínimo”
- Plataforma pela Reforma do Sistema Político, Plataforma Dhesca,

5 Programação completa da tenda Direitos Humanos: Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Tenda-Direitos-Humanos.pdf>>. Acesso em: 29/11/2019

Plataforma Política Social e Outras Palavras Referendos Revogatórios: saída popular contra o golpe

- Corpo Negro nos espaços: um direito corrompido
- Política de Drogas no Brasil: não ao retrocesso!
- Subjetividades negras em contexto de desmonte de políticas públicas
- Riscos e Desastres: a Psicologia e o direito à cidade e à cidadania
- Participação políticas: a vez e a voz de crianças e adolescentes
- A criminalização da pobreza e a Assistência Social: o preconceito como obstáculo para o acesso aos direitos da classe trabalhadora
- Sistema Prisional Brasileiro: perspectivas no enfrentamento à violação de direitos
- Debate para construção da resolução do CNDH sobre medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos
- Alterações na Política Nacional de Saúde Mental e os impactos na luta antimanicomial
- Dois anos sem Marcus Vinícius: Memória, Justiça e Reparação

R2: O CFP se posicionou no conjunto de movimentos, espaços e fóruns que lutam contra a medicalização e a patologização da vida

- CFP promoveu em parceria com o Conselho Regional do RS (CRP-12) e o Conselho regional de SC (CRP-07) com o tema: Psicologia, educação, relações de gênero; Medicalização em contexto escola; foram os temas.
- CFP fez um alerta em 2018 para a prevenção de Suicídio. Por ser considerado como “um problema do sujeito individual”, não é reconhecido como questão de saúde pública. Em função disso, as ações voltadas à prevenção não ocorrem de forma adequada, muitas vezes sem considerar a natureza multideterminada do fenômeno e a garantia de aporte multi e interdisciplinar. O CFP compreende que o papel de cada profissão da saúde é fundamental no auxílio aos indivíduos em qualquer condição de sofrimento mental, bem como nos respectivos processos de avaliação e intervenção.
- Em 2019, no dia 10 de setembro, Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, o Conselho Federal, reiterou que a atuação de psicólogas e psicólogos na prevenção ao suicídio deve extrapolar as intervenções estritamente individuais e buscar a compreensão das condições de vida que po-

dem contribuir para produzir sofrimentos mentais intensos. O papel da Psicologia é acolher e ressignificar esses sofrimentos, a partir do entendimento de como são produzidos nas instâncias sociais, históricas e culturais, sempre em diálogo com outros campos do saber.

- Tendo por base o respeito aos Direitos Humanos, à liberdade e à cidadania, no âmbito do comprometimento ético, o Conselho tem atuado em defesa de um tratamento humanizado das pessoas com sofrimento mental, lembrando que, como cidadãs, estas têm direitos fundamentais à liberdade, a viver em sociedade, bem como ao cuidado e tratamento adequados.
- O Conselho Federal de Psicologia manifestou-se contrariamente à aprovação do Projeto de Lei n.º 7081/2010, que dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da Dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica, por compreender que o referido projeto pode incrementar o fenômeno da medicalização da vida.
- Realização de Diálogo Digital do CFP sobre o suicídio em populações vulnerabilizadas
- O CFP participou da discussão pública sobre a regulamentação da Lei 13.438/2017, junto ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público Federal, porque entendeu que sua regulamentação deveria minimizar os efeitos da Lei que criava como problemas importantes para o amplo campo da saúde e da saúde mental, como por exemplo a narrativa “risco psíquico” tomada como sinônimo de autismo a ser detectado por um único teste aplicado em todas as crianças até dezoito meses de idade. Na regulamentação da Lei, foi retomada a política de utilização dos parâmetros de avaliação e acompanhamento das crianças tendo como instrumento a Caderneta de Saúde da Criança que possui marcadores ligados a saúde mental, de avaliação clínica ao longo de seu desenvolvimento.
- O CFP firmou parceria e participou nos eventos do Despatologisa.
- O CFP firmou parceria e atuou nos seminários da Fio Cruz sobre Epidemias das Drogas;

3. TEMA ESTRATÉGICO III

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

ANÁLISE DO CONTEXTO

Em 2017, quando teve início o XVIII Plenário do CFP, a sociedade brasileira já vivenciava os efeitos da quebra da institucionalidade democrática e se desenhava a mudança de rumo no que se refere ao modelo de estado. Depois de quase três décadas de construção e avanços em direção a um estado de bem-estar social, promotor de direitos e protetor das minorias e das maiorias excluídas inicia-se um redesenho em direção ao desmonte. “Uma obra e já é ruína”.⁶ Naquele momento já estava presente nas redes sociais e em diferentes espaços da sociedade, a relativização dos Direitos Humanos como princípios universais a serem buscados por toda a sociedade na construção de um bem viver. Um longo processo histórico marcado por violência, exclusão, escravismo e colonialismos de todo tipo parece cobrar seu preço, frente ao nosso drama social e histórico em que a velha ordem nunca é superada, mas apenas recua para reaparecer como uma espécie de retorno do recalçado social. Afinal, os períodos democráticos desde a proclamação da república são exceção e não regra.

Nesse caldo político cultural, agentes públicos, influenciadores digitais, parlamentares, gestores, acadêmicos e diversos comunicadores das mídias tradicionais, com destaque aos programas policiais televisivos, passaram a atacar os Direitos Humanos com pautas de evidente retrocesso civilizatório. Observa-se um fenômeno de desinterdição da violência como padrão de convivência social e como método de disputa política. Nos assombra a legitimação da violência que transborda do discurso para as práticas, perpetrada por pessoas comuns, mas, principalmente, por agentes públicos sendo as vítimas preferenciais as mesmas de sempre. Tudo isso ao arripio da Constituição Cidadã, de 1988. Constituição, aliás, que recentemente sofre um forte ataque em que tentam caracterizá-la como mera ideologia e como exagerada, pois não caberia no orçamento do estado brasileiro, sendo um entrave para o crescimento econômico.

Feminicídio, transfobia, a LGBTfobia, racismo, silêncio quanto à violência contra crianças e adolescentes, assassinato de indígenas, assassinatos de camponeses, são expressões que já não chocam leitores e ouvintes de noticiários ou, pessoas conexões em redes sociais. Apesar romper a invisibilidade, as vítimas enfrentam o retrocesso de posturas violentas e de desqualificação das vítimas, por parte de agentes de Estado ou, por grupos sociais.

Os Direitos Humanos poderiam estar entre os princípios de uma ação estratégica do CFP e não como um tema a ser tratado com esta hierarquia de valor. Mas diante do contexto histórico, o XVIII Plenário do CFP não pode se furtar a construir um posicionamento afirmativo e propositivo da Psicologia.

Diante do avanço de ideias que alimentam um tempo de violência e morte, um tempo sem liberdade, sem opção para o pensamento criativo e livre, sem esperança. Diante do avanço de narrativas sociais que tem potencial de incidir no sofrimento humano, seja ele físico ou psíquico, seja ele no universo das representações sociais ou na dificuldade de construção identidades, não vimos outro caminho senão assumirmos, desde uma perspectiva da Psicologia como ciência e profissão, o enfrentamento a estes fenômenos.

Para atuar nestes contextos, o tema estratégico **psicologia e direitos humanos** se colocou como uma possibilidade de a Psicologia somar-se a outras forças sociais comprometidas com a Constituição Cidadã para a promoção dos princípios universais dos direitos humanos. Alicerçamos este desafio no primeiro princípio declarado em nosso código de ética: *A(O) psicóloga(o) baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Para isso visualizamos três grandes objetivos para o XVIII Plenário:

1. Contribuir para a desconstrução, pela sociedade brasileira das fontes dinâmicas que reproduzem a violência contra os considerados diferentes e não humanos.
2. Evidenciar a indissociabilidade entre direitos humanos e Psicologia no âmbito da formação e do exercício profissional.
3. Contribuir para a efetivação de uma cultura de direitos humanos nos espaços em que o CFP está representado.

Os temas relacionados aos direitos humanos, são transversais e tem muitos sujeitos com vozes próprias atuando na defesa de seus direitos. Cabe a Psicologia, como ciência e profissão, dar visibilidade a estes sujeitos de direitos, vítimas de violações seja pela ausência de políticas de Estado, seja pela não proteção do Estado quanto ao exercício dos seus direitos e de sua dignidade.

Com as iniciativas que tomamos como XVIII Plenário de Psicologia, acreditamos termos dado nossa contribuição, e por isso, ter o reconhecido como um dos sujeitos institucionais protagonistas da promoção, garantia e defesa dos direitos humanos no Brasil.

Evidente que este reconhecimento não seria possível sem a participação efetiva do sistema conselho e das entidades da Psicologia. O CFP no Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com as outras entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), construiu estratégias e ações para o enfrentamento a diferentes formas de violências anteriormente naturalizadas — portanto invisibilizadas — e suas implicações com o sofrimento humano. Junto a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) estreitou diálogo e articulação com instituições formadoras de psicólogas(os), tendo como a agenda de Direitos Humanos na formação de novos profissionais.

Pautamos como autarquia de Estado que orienta o exercício da profissão da psicóloga(o), a indissociabilidade constitutiva da prática da Psicologia, com os valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em nossa relação com a sociedade, nos colocamos disponível para participar como instituição nos espaços de representação social, com posicionamento reconhecido pela promoção, garantia e defesa dos Direitos Humanos, e fomos acolhidos nacionalmente em conselhos e fóruns de promoção e garantia de direitos.

Não menos importante foi o trabalho realizado de diálogo e monitoramento do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, no sentido de nos posicionarmos de forma intransigente pela garantia e promoção dos Direitos Humanos.

Estamos seguros de que realizamos muito e, mais ainda, seguros de que não estivemos sozinhos seja nas iniciativas que protagonizamos, sejam nas iniciativas que nos colocamos a disposição para compartilhar responsabilidades, participar ou apoiar.

Os resultados expressos abaixo, dão uma dimensão do quanto atuamos, e as ações ou atividades elencadas, se propõe a fundamentar os resultados que acreditamos tivemos êxito.

Objetivos estratégicos do tema Direitos Humanos, resultados e ações que os fundamentam

PRIMEIRO OBJETIVO:

CONTRIBUIR PARA A DESCONSTRUÇÃO, PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DAS FONTES DINÂMICAS QUE REPRODUZEM A VIOLÊNCIA CONTRA OS CONSIDERADOS DIFERENTES E NÃO HUMANOS.

Resultados efetivos:

R1. O Sistema Conselhos de Psicologia é reconhecido como protagonista da promoção e garantia dos Direitos Humanos no Brasil.

Inspeção nacional em comunidades terapêuticas

O CFP realizou Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, em outubro de 2017, em parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF).

O Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, foi lançado em junho de 2018, e está à disposição da sociedade.

Inspeção nacional em hospitais psiquiátricos

Inédita inspeção a hospitais psiquiátricos foi realizada, em âmbito nacional, em dezembro de 2018, em quarenta instituições psiquiátricas de dezessete estados, das cinco regiões do Brasil. A ação evidencia graves situações de violação de direitos, tratamento cruel, desumano e degradante, assim como indícios de tortura a pacientes com transtornos mentais. Iniciativa conjunta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Regionalmente, as inspeções foram coordenadas pelos conselhos regionais de Psicologia, Ministérios Públicos Estaduais e Ministérios Públicos do Trabalho (MPT) estaduais.

O relatório da inspeção foi lançado dia 2 de dezembro 2019, em Brasília, no Ministério Público do Trabalho (MPT) com ampla participação da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados.

Instituições de estado e fóruns reconhecem o CFP como entidade engajada na defesa dos DH.

- **Participação** como convidado de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a discriminação do aborto até a décima segunda semana de gestação, resultado da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442.
- **Participação** como convidado da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. Foi matéria do debate a agenda legislativa pelos direitos LGBTI+ e o Projeto de Lei n.º 7292/2017, a “Lei Dandara”.
- CFP recebeu o Prêmio Internacional LGBTI+: Stonewall cinquenta anos como instituição que se destacou pela causa LGBTI **nestes últimos cinquenta anos**.
- **Participação** como convidado na Reunião dos representantes do Fórum por Educação no Campo, do Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal.
- **Participação** da Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados com as entidades da sociedade civil, abordando os impactos da política de austeridade e debateu a Emenda Constitucional n.º 95, do teto de gastos e de investimentos.
- **Participação** como convidado na Audiência Pública na Câmara dos Deputados sobre “A situação da Defensoria Pública da União com relação aos efeitos da Emenda Constitucional 95”.
- Participação como convidado na audiência pública que debateu mudança no traçado da BR 158 no Mato Grosso para proteger terra indígena
- **Participação** como convidado na Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre Perspectivas para políticas contra o encarceramento em massa no Brasil
- **Participação** como convidado na Audiência Pública: O aumento do número de suicídios, suas causas e quais ações de políticas públicas são necessárias para combater esse quadro, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

- **Participação** como convidado no Seminário Internacional Crianças e Adolescentes Migrantes (2018)
- **Participação** como convidado na Oficina para transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)(2018)
- **Participação** como convidado no Seminário Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva PNEEPEI, na Câmara dos Deputados (2018)
- **Participação** como convidado no Seminário Internacional Guarda Compartilhada: Leis, Justiça, Violências e Conflitos – dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres **(2018)**

Defesa na justiça da Psicologia como ciência e da profissão.

O CFP ingressou, em setembro de 2018, no Supremo Tribunal Federal (STF) com reclamação constitucional solicitando concessão de liminar para suspender os efeitos da sentença proferida em favor da ação popular que trata da Resolução do CFP 01/99. O número da reclamação é **Rcl 31818**⁷, conquistando liminar que volta a proibir as terapias de reversão sexual, além das recentes vitórias nas ações judiciais que atacavam a resolução CFP n.º 01/18 na justiça federal.

Promoção de debates com a categoria e com a sociedade e teve relevante receptividade.

- Vinte anos da Comissão de Direitos Humanos.(2017) “Psicologia e democracia: nenhum direito a menos”. Esse foi o tema que norteou os debates do Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, realizado no dia 6 de outubro de 2017. Na atividade, os vinte e dois conselhos regionais presentes e o Conselho Federal de Psicologia assinaram um manifesto⁸ convocando psicólogas e psicólogos a se posicionar publicamente contra ações jurídicas e legislativas que representam retrocessos aos direitos da população brasileira.

7 Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5544782>
Acesso em: 29/11/2019

8 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Manifesto-Nenhum-Direito-a-Menos-Comissões-de-Direitos-Humanos-do-Sistema-Conselhos-de-Psicologia.pdf> . Acesso em: 29/11/2019

- VIII Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – Psicologia e Democracia: Nenhum Direito a Menos (2018)
- Encontros Nacionais das Comissões de Direitos Humanos do CFP.
- 26 de abril de 2018 – II Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia;
- 10 de agosto de 2018 – III Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia;
- 17 de novembro de 2018 – IV Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia.
- CFP foi condecorado com a mais elevada honraria do Estado Brasileiro em reconhecimento à promoção e defesa dos Direitos Humanos (2018)
- O CFP recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, na Categoria “Diversidade Sexual e de Gênero – LGBTI” (2018).
- O CFP recebeu o prêmio “Amigos no Combate à Transfobia”, oferecido pela Rede Trans-Brasil, por conta da Resolução 01/2018.
- Elaboração da Publicação Tentativas de Aniquilamento das Subjetividades LGBTIs
- Lançamento da Publicação no CFP e em vários estados
- Lançamento da Campanha Discurso de Ódio não – no CFP e nos conselhos regionais de Psicologia

Diálogos digitais

- Realizado Diálogo Digital sobre visibilidade trans.
- Realizado Diálogo Digital “Depoimento Especial e Escuta Especializada – Implementação da Lei n.º 13.431/2017”, transmitido on-line e visualizado por 22,3 mil pessoas nas redes sociais do CFP.
- Realizado Diálogo Digital para tratar da Alienação Parental. Participaram os convidados Jureuda Guerra, Analicia Martins e Eduardo Ponte Brandão. A transmissão on-line foi acompanhada por 37,6 mil pessoas nas redes sociais do Conselho Federal de Psicologia.
- Realizado Diálogo Digital: “Sócio-educação: punitivismo, encarceramento e extermínio da juventude negra na contramão da política de proteção integral”. O Diálogo Digital teve trinta e duas mil visualizações nos canais de comunicação do CFP.

- Realizado Diálogo Digital: A Psicologia na construção de novos possíveis;
- Realizado Diálogo Digital: Quais as contribuições da Psicologia para Educação Inclusiva?
- Realizado Diálogo Digital: Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia.
- Realizado Diálogo Digital: A liberdade cuida, o cuidado liberta.
- Realizado Diálogo Digital: #OrgulhoLGBT: a Psicologia apoia esta causa, e você?
- Realizado Diálogo Digital: Comunidades terapêuticas são estabelecimentos de saúde?
- Realizado Diálogo Digital: Toda Psicologia nos interessa – cinquenta e cinco anos da profissão no Brasil.
- Realizado Diálogo Digital: Prevenção ao Suicídio: desafios para Psicologia e saúde pública.
- Realizado Diálogo Digital “Nem uma a menos: contribuições da Psicologia na garantia dos direitos das mulheres”, com 22,6 mil visualizações nas redes sociais do CFP.
- Realizado Diálogo Digital sobre “psicologia, assistência social em situações de calamidades e emergências”.
- Realizado Diálogo Digital sobre “menos armas mais vidas”.

R2. O CFP no Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com as outras entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), construiu estratégias e ações para o enfrentamento a diferentes formas de violências anteriormente naturalizadas – portanto invisibilizadas – e suas implicações com o sofrimento psíquico.

Participação no VII Congresso Latino-americano de Psicologia da ULAPSI, realizado de 26 a 28 de julho de 2018, em San José, na Costa Rica nas mesas de debates “Conhecimento produzido em América Latina: o quê e para quem publicar”?, “Desafios e avanços necessários para o aprimoramento da publicação científica na América Latina”; “Democracia e violência”; e “Desmonte das políticas públicas e impactos éticos e sociais no exercício da profissão”.

SEGUNDO OBJETIVO:

EVIDENCIAR A INDISSOCIABILIDADE ENTRE DIREITOS HUMANOS E PSICOLOGIA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO E DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Resultados efetivos:

R1. O CFP e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) estreitaram o diálogo e a articulação com as instituições formadoras de psicólogos(as), tendo como mote Aproximação da agenda de Direitos Humanos.

Firmada parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Psicologia (ABEP) via convênio do CFP com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de viabilizar atendimento para mulheres vítimas de violência por meio das clínicas escolas. Foram mobilizados os núcleos estaduais da ABEP, dos conselhos regionais de Psicologia e dos Tribunais de Justiça estaduais.

O Ano da Formação em Psicologia colaborou na construção da minuta com as propostas de mudanças nas Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) dos cursos de graduação em Psicologia — resultado de intensos debates ao longo de 2018 — enfatiza a necessidade de garantir uma formação em Psicologia embasada nos Direitos Humanos.

R2: O CFP atuou para que psicólogas e psicólogos reconheçam como elemento constitutivo de sua prática profissional os valores dos Direitos Humanos

Trata-se do reconhecimento dos profissionais de Psicologia dos princípios fundamentais da atividade profissional em que estão inseridos como psicólogas e psicólogos. Princípios estes declarados na resolução CFP n.º 010/05, que aprova o Código de Ética do Psicólogo.

O tema do **V CBP: Ciência e profissão – Psicologia, direitos sociais e políticas públicas: avanços e desafios**, novembro de 2018, com mais de quatorze mil inscritos e de cinco mil trabalhos apresentados, revela um indicativo de que a categoria atua a partir da preocupação com a pessoa humana, na sua integralidade como sujeito social, que tem na mais íntima forma de representação do mundo concreto, sua subjetividade.

R3. Foi realizado monitoramento do Poder Legislativo no sentido de garantir o compromisso intransigente com a garantia e promoção dos Direitos Humanos

O CFP manifestou-se (2018) contrário à inclusão do Sistema Socioedu-

cativo no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Entendemos que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) deve permanecer no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

O CFP monitora o andamento do PLS 439/2018, que institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes. O relator do projeto no Senado Federal consultou o CFP, que enviou seu posicionamento, embasado em argumentos do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, reafirmando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O CFP monitora o PL n.º 5.414/16, que trata da oferta de curso superior na modalidade de Ensino a Distância para as graduações da área de saúde, que visa a proibir o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em cursos da área da saúde. O CFP reafirmou seu posicionamento contrário ao ensino de Psicologia 100 % a distância.

O CFP monitora e manifestou-se contrariamente ao PLC n.º 37/2013, que reformula o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad). Este projeto de lei complementar tem por objetivo promover graves retrocessos nas políticas de drogas.

O CFP monitora e manifestou-se contrariamente ao PL 7180/2014, pois altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), afrontando os principais tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, dentre eles, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 18 destaca:

toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

O CFP monitora e se posicionou contrário ao Projeto de Lei denominado “Estola sem Partido”, não porque defenda que uma legenda utilize a escola, mas, por compreender como falaciosa a perspectiva de um conhecimento neutro de visão de mundo.

O CFP e a ABRAPSIT realizam conjuntamente mobilização no Congresso Nacional contra alterações nas regras de segurança no trânsito (PL 3267/2019) que prevê a alteração no código de trânsito brasileiro.

R4. Foi realizado monitoramento do Poder Judiciário no sentido de garantir o compromisso intransigente com a garantia e promoção dos Direitos Humanos

A Gerência Jurídica do Conselho Federal de Psicologia vem, nos últimos anos, inovando e consolidando estratégias consultivas e judiciais exitosas na defesa e afirmação da autoridade do Sistema Conselhos, em face do Poder Executivo, do Sistema de Justiça e da sociedade brasileira, defendendo os direitos fundamentais das psicólogas e psicólogos, e afirmando a sua importância na efetivação dos Direitos Humanos no Brasil, ressaltando a participação do Sistema Conselhos de Psicologia na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, nos termos da missão conferida a ele pelo artigo 3.º da Constituição Cidadã, de 1988:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

TERCEIRO OBJETIVO:

CONTRIBUIR PARA A EFETIVAÇÃO DE UMA CULTURA DE DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS EM QUE O CFP ESTÁ REPRESENTADO.

Resultados efetivos:

R1. O CFP participou como instituição nos espaços de representação, com posicionamento reconhecido pela promoção, garantia e defesa dos Direitos Humanos

Em diferentes órgãos colegiados de controle social, nos quais o CFP tem representação a autarquia se posicionou em consonância com o Código de Ética pela garantia e promoção dos Direitos Humanos, apoiando os pleitos da sociedade civil organizada contra a supressão de políticas públicas e de direitos historicamente conquistados.

O CFP, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, realizou o “VIII Seminário Nacional de Direitos Humanos – Psicologia e Democracia: nenhum direito a menos”.

Celebrou os 20 anos de criação da Comissão de Direitos Humanos e prestou homenagem à psicóloga e historiadora Cecília Maria Bouças Coimbra, primeira coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CFP. O lançamento dos Anais do seminário nacional de Direitos Humanos ocorreu na Abrapso, 2019, em São Paulo.

Os Diálogos contaram com a presença de pesquisadores, psicólogos e integrantes dos movimentos sociais cujos direitos ameaçados foram colocados em pauta.

Diálogos do VIII seminário nacional de direitos humanos – Psicologia e democracia: nenhum direito a menos

- Diálogo 1: A guerra contra e entre os pobres
- Diálogo 2: Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças
- Diálogo 3: Cidades e Campos Possíveis: Territórios em disputa
- Diálogo 4: Desafios da comunicação e da democracia diante da manipulação e da cultura de ódio nas ruas e redes

Nota do CFP e do FNDCA contra a redução da maioria penal

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) divulgaram nota⁹, posicionando-se contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que trata da redução da maioria penal.

Nota do CFP sobre o fim da representação profissional e social no CONAD¹⁰

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) chama atenção para o retrocesso em curso com a publicação do Decreto presidencial n.º 9.926¹¹,

9 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manifesto-contrario-a-pec-33-2012-2.pdf> Acesso em: 29/11/2019

10 Disponível em: <https://site.cfp.org.br/governo-federal-retira-a-psicologia-dos-debates-sobre-drogas-no-pais/> Acesso em: 29/11/2019

11 Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.926-de-19-de-julho-de-2019-201622995> Acesso em: 29/11/2019

nesta segunda-feira, dia 22, que dispõe sobre novas regras para composição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). A medida retira os Conselhos profissionais e a sociedade civil do Conad, que passa a ser composto majoritariamente por integrantes governamentais.

CFP participa junto a outras entidades profissionais pela manutenção dos conselhos profissionais.

Representantes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e mais cinco entidades estiveram reunidos no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), do dia 14 de agosto, para debater ações de enfrentamento em relação ao desmonte da participação social Decreto n.º 9759/2019, a recomposição do Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad), após a retirada da sociedade civil, Decreto 9926/2019, e a proposta de alteração na natureza jurídica e atribuições dos conselhos de classe de profissão, PEC 108/2019.

Em novembro, Rogerio Giannini, presidente do CFP, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados para debater esta PEC.

Participação junto com outras entidades na frente parlamentar que se posiciona para discutir a PEC 108

A PEC 108 foi enviada ao Congresso pelo governo federal em julho deste ano e pretende acabar com a obrigatoriedade de inscrição de profissionais nos conselhos de classe. Segundo texto do projeto, entre outras questões, existe a previsão de transformar a natureza jurídica das entidades, que deixariam de ser públicas e passariam a ser privadas.

O CFP se posiciona contrário à PEC, pois concebe que os Conselhos Profissionais são a garantia da sociedade de que haja orientação e fiscalização quanto ao exercício profissional baseado na ciência e na atividade ética do conhecimento científico. A PEC 108 se articula a onda na ideologia neoliberal na medida que promove a desregulação do estado e sua conseqüente diminuição. Outro efeito da aprovação da PEC é o enfraquecimento do poder de fiscalização dos conselhos abrindo o ensino ainda mais para o mercado e facilitando a precarização pela adoção indiscriminada do ensino a distância (IaD).

4. TEMA ESTRATÉGICO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS

ANÁLISE DO CONTEXTO

No período recente do Brasil vivemos um processo de construção de narrativas no qual o próprio conceito de direito cidadão, que tantas vezes marca o espírito da Constituição Federal de 1988, foi colocado em cheque em contraposição a lógica de segmentos da sociedade que têm como premissa a manutenção dos aspectos econômicos da sociedade sobre os aspectos sociais. Não é incomum encontramos narrativas nos meios de comunicação de massa que defendem a tese de que os direitos dos cidadãos declarados na Constituição Federal, expressamente aqueles vinculados aos direitos sociais, não cabem no orçamento da União, em virtude de outras obrigações e escolhas dos governantes.

Levando em conta que a Psicologia está presente em diferentes territórios das políticas públicas como no SUS, SUAS, CRAS, RAPS, nas políticas de educação, trânsito e mobilidade urbana, segurança pública, docência e pesquisa em universidades públicas em resumo, ciência e profissão tem ocupado espaços cada vez mais relevantes à sociedade o CFP como autarquia de Estado, tem atuado na afirmação dos direitos sociais vigentes na constituição Cidadã.

Para uma Psicologia comprometida com as pessoas, por tanto, com um estado de coisas que permitam as pessoas viverem uma vida com dignidade, sem que sejam submetidas a condições sociais degradantes e desumanas, a defesa de políticas públicas universais, especialmente de garantia de direitos a quem vive no abismo social historicamente construído, é um princípio subjacente a ética do exercício da profissão.

Em virtude deste compromisso, o tema estratégico Políticas Públicas, é tão caro à Psicologia, que tem compromisso com a dignidade humana. E em razão deste compromisso nos propomos a atuar a construir três grandes objetivos estratégicos para o tema Políticas Públicas, na gestão 2017-2019 do CFP.

1. Qualificar o exercício profissional de psicólogas(os) nas políticas públicas
2. Incidir politicamente nos espaços de construção, execução e controle de políticas públicas

3. Atuar em parceria com movimentos sociais que defendem a universalização de direitos

Os três objetivos estratégicos atuam para refazer caminhos que não foram trilhados pelo CFP entre 2014-2016. O primeiro tem relação com a reativação do CREPOP/CFP, o segundo com a participação do Conselho Federal de Psicologia nos conselhos de fóruns de fiscalização e controle social de políticas públicas e de direitos, e o terceiro, guarda relação da autarquia de Estado CFP, com uma visão social, ético-política de universalização de direitos como condição da dignidade humana em um país de histórico e enorme abismo social.

Estes três grandes objetivos do *tema estratégico políticas públicas* marcaram a gestão do CFP especialmente na orientação a categoria pela revisão e produção de referências técnicas, mas também nos posicionamentos da autarquia frente a iniciativas que enfraquecem o poder do Estado de amparar as camadas de cidadãos vulneráveis na sua condição e situação social.

Algumas iniciativas importantes

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), criado em 2006, com o objetivo de consolidar a produção de referências para a atuação das psicólogas e psicólogos em políticas públicas por meio de pesquisas coordenadas nacionalmente entre o CFP e os conselhos regionais, ao ser reativado em 2017, cumpriu uma maratona de pesquisas, encontros e estudos junto a categoria, CRs e com pesquisadores para a revisão de referências técnicas bem como a conclusão de novas referências técnicas que estavam em andamento.

Para além do CREPOP, o CFP estabeleceu diálogo com os poderes executivo, legislativo e Judiciário para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas(os) psicólogas(os) no campo das políticas públicas. No mesmo sentido, estabeleceu pontes com as pautas da sociedade organizada em movimentos que buscam na Psicologia como ciência e profissão um aporte a suas reivindicações, como por exemplo o debate sobre o racismo institucional e a contribuição de psicólogas(os) que trabalham em contextos organizacionais para enfrentamento desta prática.

Nestes três anos de gestão não foram poucas as iniciativas de articulação com movimentos sociais com vistas à universalização de direitos em pautas que tem relação com a Psicologia. O XVIII Plenário, herdeiro da

tradição de uma Psicologia voltada ao cuidado das pessoas, deixa sua contribuição à Psicologia brasileira, em um conjunto de resultados fundamentados nas iniciativas que tomou em um tempo de enormes desafios à sociedade brasileira como um todo a Psicologia em particular.

O que segue, para a apreciação da sociedade e da categoria, é a descrição de um conjunto de resultados fundamentados em fatos e atividades que revelam o quando o Sistema Conselhos, o CFP e a Psicologia atuaram no tema estratégico políticas públicas, no tempo do XVIII Plenário.

Objetivos estratégicos do tema Políticas Públicas, resultados e ações que os fundamentam

PRIMEIRO OBJETIVO:

QUALIFICAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS (OS) NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Resultados efetivos:

R1. Foi reativado o CREPOP em todo o Sistema Conselhos, atuando na perspectiva da Psicologia como ciência e profissão.

A reativação da Coordenação Nacional do Crepop no Conselho Federal de Psicologia e pela reativação nas unidades do Crepop dos conselhos regionais de Psicologia.

O Crepop/CFP realizou quatro ciclos de pesquisas relacionados à produção das referências técnicas. Dois deles foram coletados apenas pelo CFP e os demais em todos os CRPs.

Direitos sexuais, direitos reprodutivos e violência obstétrica

Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos foi iniciado como tema de pesquisa em 2014 e contou apenas com uma coleta on-line. O atual Plenário do CFP deliberou, então, pela retomada do tema e pela realização da coleta *in loco*, cumprindo a metodologia do Crepop. O período de realização da pesquisa em questão foi de 02 de janeiro a 07 de junho de 2018.

Projeto de lei n.º 3688/2000, que dispõe sobre serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Este projeto de lei foi aprovado na Câmara e vetado pelo Presidente da República. ACOMPANHAR DESDOBRAMENTOS PARA O RELATÓRIO.

Sistema prisional brasileiro

O Crepop realizou a pesquisa em junho de 2018 e contou com 250 respondentes. Os dados foram apresentados ao GT da APAF em novembro de 2018 e servirão para a atualização da Referência Técnica para atuação de Psicólogas no Sistema Prisional.

Povos tradicionais, indígenas e quilombolas.

O CREPOP/CFP realizou a pesquisa sobre povos tradicionais, indígenas e quilombolas (não havendo coleta pelos CRPs). Para dar conta da atividade, o CFP apoiou a realização do I Encontro da Rede de Articulação: Psicologia, povos indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território. No evento foi possível aproximar o Plenário do CFP e o Crepop às práticas desenvolvidas pelos profissionais, bem como conhecer as necessidades das populações ali representadas. Seu relatório servirá de contribuição para as elaborar as referências sobre os temas. O evento foi realizado entre os dias 5 e 7 de setembro de 2018, e teve participação de oitenta pessoas entre profissionais, estudantes, pesquisadores e lideranças de povos tradicionais, indígenas e quilombolas.

Rede de atenção psicossocial

A Saúde Mental é um dos temas mais relevantes ao Sistema Conselhos de Psicologia, em vista das decisões de governo em curso que afrontam esta política pública. Para referenciar e evidenciar o trabalho realizado pelos profissionais da Psicologia e a necessidade de fortalecimento da RAPS, o Crepop empreendeu, entre 2018 e 2019, ampla pesquisa com profissionais que atuam em diversos pontos da RAPS. A coleta de dados on-line teve a participação de mais de mil e seiscentos profissionais e a sistematização será finalizada em 2019.

Outras iniciativas do CREPOP

Realização de reuniões de treinamento, encontros técnicos que têm por objetivo apresentar a nota técnica das pesquisas para conselheiros e técnicos do Crepop nos conselhos regionais.

No V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão, maior evento da Psicologia brasileira o Crepop promoveu atividades relativas ao trabalho do Centro de Referência:

- Crepop: Trajetória e Lugar Político (participação de Ana Bock e Graça Marchina);
- Referências Técnicas para atuação de psicólogos em políticas públicas de mobilidade humana e trânsito (participação de Gislene Macêdo, Fábio de Cristo e Andrea Nascimento);
- Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: transversalidades na atuação da Psicologia nas Políticas Públicas (participação de Céu Cavalcante);
- Psicologia e Relações Raciais: referências técnicas para atuação nas políticas públicas (participação de Ana Luísa Dias);
- Psicologia na defesa da RAPS (participação de Marta Elizabeth de Souza)

R2. Foram Concluídas e publicadas as referências técnicas do CREPOP que estavam em andamento, com a revisão das referências já publicadas

A retomada do CREPOP em 2017 necessitou de reorganização das comissões, com escolha dos nomes de especialistas e pessoas convidadas.

Os números do trabalho envolvem:

- 30 comissões;
- 16 Conselheiros;
- 129 especialistas convidados;

As Referências Técnicas passam por processo de elaboração e após as coletas realizadas em todos os CRPs, os dados são sistematizados. O Plenário do CFP tem a responsabilidade de aprovar os nomes de especialistas que compõem cada uma das comissões, que geralmente contam com cinco nomes.

REFERÊNCIAS EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO (INÉDITAS)	REFERÊNCIAS EM REVISÃO (2.ª EDIÇÃO)
1. Políticas Públicas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	1. Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS/SUAS
2. Políticas Públicas de Diversidade Sexual	2. Políticas Públicas sobre DST/AIDS
3. Políticas Públicas de Educação Inclusiva	3. Serviços de atendimento à Mulheres Vítimas de Violência
4. Políticas Públicas de Riscos, Emergências e Desastres	4. Sistema Prisional
5. Políticas Públicas de Segurança Pública	5. Centros de Atenção Psicossocial-CAPS/SUS
6. Políticas Públicas para Idosos	6. Centro de Referência em Assistência Social-CRAS/SUAS*
7. Políticas Públicas para População de Rua	7. Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, abuso e exploração sexual e suas famílias
8. Políticas Públicas para povos Indígenas	8. Gestores do SUS
9. Políticas Públicas para povos Quilombolas	9. Gestores SUAS
	10. Medidas Socioeducativas – Unidades de Internação
	11. Medidas Socioeducativas – Meio Aberto

Fonte: Crepop/CFP, 2019.

Referências já lançadas

Foram lançadas as seguintes publicações pelos CREPOP:

1. Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas(os);
2. Referência Técnica para atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas de Mobilidade Humana e Trânsito;
3. Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os) na Educação Básica;
4. Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de álcool e outras drogas;
5. Saúde do Trabalhador no âmbito da saúde pública: referências para atuação de psicólogas(os);
6. Referências Técnicas sobre atuação de psicólogas(os) em Políticas Públicas de Esporte;
7. Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em Varas de Família

8. Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em serviços hospitalares do SUS;
9. Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Atenção Básica à Saúde;
10. Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais;

R3. ABEP e CFP debateram e construíram junto à categoria os fundamentos e a proposta para a inclusão das temática de políticas públicas nos cursos de Psicologia

Conselho Federal de Psicologia, ABEP e FENAPSI participaram ativamente da construção de propostas a construção da minuta das Diretrizes Nacionais Curriculares (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia.

SEGUNDO OBJETIVO:

INCIDIR POLITICAMENTE NOS ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Resultados efetivos:

R1. Foi estabelecido diálogo com poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, para explicar o trabalho desenvolvido pelas(os) psicólogas(os) no campo das políticas públicas

Diálogo com o poder judiciário

Acolhimento das mulheres vítimas de violência

- O CFP consolidou parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, focando a viabilização do atendimento integral e multidisciplinar às mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.
- O protocolo de intenções foi firmado no dia 04 de julho pelos presidentes das entidades, Rogério Giannini (CFP) e a ministra Carmen Lúcia (CNJ).
- O diálogo com o Poder Legislativo ganhou reforço dentro do Conselho Federal de Psicologia em 2018 com a contratação de uma assessora parlamentar e serviço de monitoramento legislativo on-line, em plataforma mobile, para acompanhamento das proposições e suas tramitações com mais eficiência e agilidade.

- Campanha Nacional de Direitos Humanos abordando o papel da Psicologia no enfrentamento aos discursos de ódio, que geram violências e violações de direitos de populações vulnerabilizadas, apresentada no Primeiro Encontro Nacional de Psicólogos do Ministério Público Brasileiro.

Diálogo com legislativo

Acompanhamento de projetos de Lei que tramitam no legislativo da União, sobre temas relevantes a Psicologia.

Foram realizadas mais de quarenta atividades do CFP no Congresso, entre visitas, participação de audiências públicas, conversa com relatores dos principais temas:

- PLS 439/2015 dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração
- PLC 31/2010 (PL 3512/2008) Trata da regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.
- O PLS 98/2015 Psicologia de Trânsito.
- Há ainda em tramitação proposição que trata da regulamentação das 30h semanais para psicólogas e psicólogos.
- PEC 108/2019

Representação do CFP nos conselhos de direitos e espaços de controle social.

O CFP participou nesta gestão ativa e efetivamente nos espaços de participação para o controle social, e da defesa de manutenção destes espaços após o a publicação do decreto n.º 9.759/2019 que determinava a extinção de todos os conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiados. Decreto este que foi limitado pelo STF, em sessão do dia 13 de junho, que por unanimidade, garantiu todos os conselhos instituídos em lei.

Entre os conselhos de direitos que atuamos nestes três anos, de gestão destacam-se:

- Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH),
- Conselho Nacional de Saúde (CNS),
- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS),

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM),
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
- Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CNPD)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CPIR)
- Conselho Nacional de Segurança Pública

Além destes conselhos que são de controle social, o CFP participou de mais de 1.355 atividades de representação institucional em espaços de participação e controle social nos quais conta com assento permanente, seja como titular ou suplente.

Destaque para o fortalecimento da presença institucional do CFP entre os demais Conselhos profissionais. O CFP tem atuado nas reuniões do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS – Conselhinho) sediando os dois encontros temáticos sendo um sobre fiscalização e orientação e outro sobre formação na área da saúde; e do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão).

R2. Atualizadas as referências para atuação das(os) psicólogas(os) em contextos educacionais escolares

As “Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) na política pública de Educação Básica”, foi lançada no segundo semestre de 2019.

TERCEIRO OBJETIVO:

ATUAR EM PARCERIA COM MOVIMENTOS SOCIAIS QUE DEFENDEM A UNIVERSALIZAÇÃO DE DIREITOS

Resultados efetivos:

R1. O CFP realizou diálogo com os movimentos sociais a partir das suas principais demandas direcionadas à Psicologia

1.a) atividades de diálogo com a sociedade civil organizada que contou com a participação do CFP:

1	IV Semana da Visibilidade Trans “Hanna Susart”
2	Diálogos Digitais: Dia Nacional da Visibilidade Trans
3	Encontro Diversidade Religiosa e Direitos Humanos – Conhecer, Respeitar, Valorizar
4	Bate-papo sobre a visibilidade lésbica – L, O Musical
5	Reunião da AASPTJ (SP)

6	IV Seminário Paremos a Transfobia
7	Reunião de preparação do II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças
8	Cerimônia do lançamento do Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília
9	Inauguração do Casarão da Diversidade
10	1.º Simpósio de Direitos Humanos dos Pacientes e dos Profissionais de Saúde – Direitos Humanos para a Enfermagem
11	Atividade CRP-3 “A Psicologia e o Compromisso com a Laicidade e o Combate ao Racismo, Sexismo e LGBTfobia na América Latina”
12	Fórum Alternativo Mundial da Água 2018
13	Fórum Mundial da Água
14	21.ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades, Movimentos Sociais e Populares
15	Seminário Relações Internacionais das Entidades da Psicologia Brasileira
16	Audiência Pública do CNDH sobre os impactos da política de austeridade nos direitos humanos
17	Reunião da Frente Nacional de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas
18	Debate Público em Defesa da Classificação Indicativa
19	Workshop “Pessoas LGBTI privadas de liberdade: entre a invisibilidade e estigmatização”
20	Audiência Pública – Regulamentação Nacional da Retificação de Registro Civil de Pessoas Trans
21	II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
22	Reunião do Comitê Nacional do MCCE
23	Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia
24	Palestra “ os efeitos da patologização das homossexualidades e travestilidades/transsexualidades, bem como a importância dos Atos Normativos do Conselho Federal de Psicologia”
25	Debate: Aspectos Éticos da Escuta Especial
26	Diálogo Digital: 18 de maio – Dia de Luta Antimanicomial
27	Ato para celebrar o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia / IDAHOT
28	IV Semana da Diversidade
29	IV CONAPIR
30	18ª edição da Feira Cultural LGBT
31	II Encontro da rede de articulação de Psicologia, povos indígenas, quilombolas, tradicionais, de terreiro e em luta por território
32	II Ação Transada (Diálogo com movimento de travestis e transexuais)
33	Mesa Redonda 01: Políticas Públicas: Cidadania, Direitos Humanos e Cívica: Identidade Civil ou Nome Social?
34	Encontro Nacional dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA)
35	IV Encontro Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais Negras e Negros
36	Psicologia em Foco – Desastre de Mariana-MG
37	Comitê Nacional do MCCE
38	Evento comemorativo pelo Dia do Orgulho LGBTI

39	Seminário de Saúde Mental no Sistema Prisional de MT
40	CDH-CFP na Reunião do Projeto Fique Sabendo Jovem
41	III Encontro Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
42	Pré-encontro São Paulo e região da rede de articulação, Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, Tradicionais, de Terreiro e em luta por território
43	ECA e os impactos da integralidade na proteção de famílias em situação de rua
44	Movimento Nacional População de Rua-MNPR.
45	Reunião do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes
46	II Congresso Internacional da ABRAFH
47	Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ações Parlamentares sobre Alienação Parental
48	Lançamento do Relatório Anual 2017 do MNPCT
49	I Encontro Nacional de Homens Trans da REDETRANS Brasil
50	Reunião do Comitê Gestor do Fique Sabendo Jovem
51	Audiência Pública sobre o Decreto-lei n.º 2.848/1940 (Código Penal)
52	Festival pela Vida das Mulheres
53	Seminário Internacional: Ancestralidade e Sustentabilidade da Mulher Negra na América Latina: Violência, Violação de Direitos e Emancipação
54	Reunião com o MCCE
55	II Seminário Regional Sobre o Sistema Prisional
56	Evento Transfronteiras e a importâncias da Psicologia como agente de emancipação
57	Seminário Nacional Pluripartidário para Fortalecimento de Estratégias de Enfrentamento a Fontes de Vulnerabilização da População LGBTI+ no próximo período
58	Simpósio Nacional "Negro(a), Afro-religioso(a), Quilombola: racismo e intolerância religiosa no Brasil e seus reflexos no mundo do trabalho
59	Seminário da 16.ª Parada LGBT de Cuiabá – MT
60	I Ciclo de Formação da Rede de Enfrentamento a Violência contra
61	LGBT (REV-LGBT)
62	Encontro Nacional da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território
63	Rede Nacional de Consultórios na Rua e de Rua
64	Reunião sobre Alienação Parental no CFP
65	Oficina para transversalização da perspectiva de gênero e étnico-racial na ESMPU
66	Audiência Pública do CNPIR: Atlas da Violência na Perspectiva da População Negra
67	Diálogo Digital – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
68	Reunião do Comitê de Acompanhamento da Política de Classificação Indicativa
69	12.ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT e Prevenção Combinada das IST/Aids e Hepatites Virais
70	Seminário sobre A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
71	X COPENE (Pesquisadoras/es Negras/os)

72	Um mundo sem Fronteiras- A Psicologia e o Direito à Cidade e Cidadania
73	Missão do CNDH – Visita ao Vale das Cancelas
74	Audiência Pública do Mês da Consciência Negra
75	Encontro Nacional de Adolescentes do FNDCA
76	Seminário de Saúde Mental
77	Oficina de Classificação Indicativa
78	I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos
79	IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABEH
80	Debate sobre o tema HIV/Aids
81	Seminário de Saúde da Pessoa com Deficiência “Garantia da Assistência Integrada” – etapa preparatória 16.ª Conferência Nacional de Saúde
82	2.ª Jornada Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora
83	Encontro com os profissionais dos Serviços Especializados em HIV/AIDS
84	II Seminário Nacional de Segurança Pública sem LGBTfobia e II Encontro Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI
85	70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: um chamado à resistência
86	Seminário João W. Nery: dez anos do Processo Transexualizador no SUS
87	Audiência Pública em comemoração aos setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos trinta anos da Constituição Federal de 1988
88	Seminário Reestruturação da Seguridade Social e da Educação

1.b) participação no Fórum Social Mundial (FSM), em Salvador (BA), em março de 2018.

A Tenda Marcus Vinícius, em homenagem ao militante histórico da luta antimanicomial, brutalmente assassinado em 2016. Na tenda foram realizadas atividades da Psicologia e sua relação com a luta pela democracia e pelos Direitos Humanos. Entre as atividades ofertadas nas tendas, foram realizadas, por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do CFP, duas oficinas que contaram com a participação de muitos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e também de estudantes e profissionais da Psicologia e de outras áreas.

1.c) temas tratados na tenda Marcus Vinícius dentro da programação do FSM 2018

- Direitos Humanos e Psicologia: ações de enfrentamento à violência e à discriminação da população LGBT
- Inspeção Nacional nas Comunidades Terapêuticas: Ações Intersetoriais em Defesa da Luta Antimanicomial
- Psicologia, enfrentamento da violência de gênero e aproximações com o feminismo

- Um Olhar Negro no retrocesso da política brasileira atual: 'Estado Mínimo'
- Plataforma pela Reforma do Sistema Político, Plataforma Dhesca, Plataforma Política Social e Outras Palavras Referendos Revogatórios: saída popular contra o golpe
- Corpo Negro nos espaços: um direito corrompido
- Políticas de Drogas no Brasil: não ao retrocesso!
- Subjetividades negras em contexto de desmonte de políticas públicas
- Riscos e Desastres: a Psicologia e o direito à cidade e à cidadania
- Participação políticas: a vez e a voz de crianças e adolescentes
- A criminalização da pobreza e a Assistência Social: o preconceito como obstáculo para o acesso aos direitos da classe trabalhadora
- Sistema Prisional Brasileiro: perspectivas no enfrentamento à violação de direitos
- Debate para construção da resolução do CNDH sobre medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos
- Alterações na Política Nacional de Saúde Mental e os impactos na luta antimanicomial
- Dois anos sem Marcus Vinícius: Memória, Justiça e Reparação

1.d) articulação e participação na 16.ª Conferência Nacional de Saúde: “democracia e saúde”,

O CFP promoveu uma Conferência Livre de saúde com o tema “Retrocessos da “Nova” Política de Saúde Mental: Resistir e Avançar”. Nesta oportunidade os mais de 80 participantes elegeram o presidente do CFP Rogerio Giannini como delegado a 16ª CNS. Como resultado da Conferência Livre aprovou-se um conjunto de propostas com destaque para que a 16ª Conferência convocasse a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, proposta que, pela articulação do CFP, foi aprovada.

Dia 5 de agosto – Dia Nacional da Saúde, o CFP participou do Ato Nacional Unificado “Saúde, Democracia e Direitos Sociais”, em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), em frente ao Museu Nacional da República.

Articulação e participação na 16.ª Conferência Nacional de Saúde: democracia e saúde.

O CFP promoveu a Conferência Livre de saúde com o tema “Retrocessos da “Nova” Política de Saúde Mental. Nesta oportunidade os mais de oitenta participantes aprovaram um conjunto de propostas, entre elas,

que a 16.^a Conferência convocasse a 5.^a Conferência Nacional de Saúde Mental, proposta que, pela articulação do CFP, foi aprovada.

Dia 5 de agosto – Dia Nacional da Saúde, o CFP participou do Ato Nacional Unificado “Saúde, Democracia e Direitos Sociais”, em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), em frente ao Museu Nacional da República.

R2. O CFP construiu proposições de práticas psicológicas que se articulam com demandas emergentes para a Psicologia

Para debater as demandas emergentes da Psicologia, o CFP conta com a atuação do Grupo de Trabalho do Sistema Conselhos para tratar da Revisão da Política de Orientação e Fiscalização, que teve entre suas pautas em 2018 a elaboração de critérios sobre as Práticas Emergentes na Psicologia.

O grupo está trabalhando na elaboração dos critérios sobre as Práticas Emergentes na Psicologia dentro de um modelo de classificação que leva em consideração as práticas psicológicas ou associadas ao exercício da Psicologia; as práticas ainda não reconhecidas que podem buscar o reconhecimento; e as práticas incompatíveis com o exercício da Psicologia como ciência. Esta ação relaciona-se, ainda, com o dever do Conselho de orientar e fiscalizar o exercício profissional.

Nos dias 29 e 30 de setembro de 2018 o CFP realizou o “Seminário Interno – Psicologia e Práticas Integrativas e Complementares” com a participação de conselheiras(os) e convidadas(os) do CFP, para dialogar sobre o assunto, com a perspectiva de continuidade dos debates em outras oportunidades. O evento contou com a participação da *Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CNPIC)* que integra o *Departamento de Atenção Básica (DAB)* e tem como principal objetivo a implementação da *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)*, de integrante da Comissão de promoção, e Práticas Integrativas e Complementares de Saúde do Conselho Nacional de Saúde, além de pesquisadores e psicólogos que trabalham na temática.

Aqui atuam também o Grupo de Trabalho do CFP sobre Riscos e Desastres, integrado por Marisa Helena Alves (CFP), Theofilo Gravinis, Conceição Pereira e Adriana Marino, que discute o direito à cidade, os desastres naturais, desastres produzidos pelo poder econômico e má-distribuição de renda, entre outros. O GT tem, também, contribuído com a produção

da referência “Atuação das(os) Psicólogas(os) em Políticas de Emergências e Desastres”, conduzida pelo CREPOP.

Em junho de 2018, o GT participou do ciclo de debates “Psicologia em foco” realizado na sede do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais (CRP-MG), em que foram apresentados relatos de experiências de psicólogas que atuam nas emergências e desastres.

R3. Foram intensificadas ações políticas que tenham articulação com movimentos sociais com vistas a universalização de direitos em pautas que tem relação com a Psicologia

“Encontro de Bauru: trinta anos de luta por uma sociedade sem manicômios”,

O CFP participou ativamente na realização do Encontro de Bauru, onde estiveram presentes mais de mil e oitocentas pessoas, entre usuários da saúde mental, profissionais, professores e estudantes, participaram das atividades realizadas no campo e na cidade.

Missão em comunidades quilombolas

CFP integrou missões em comunidades de Minas, Pará e Maranhão. Dessas missões foi publicado um relatório identifica principais violações de Direitos Humanos em comunidades quilombolas do Brasil.

Redução da maioria penal

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) divulgaram nota, em setembro, posicionando-se contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que trata da redução da maioria penal.

SUAS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), manifestou-se contra a retirada de recursos para custeio dos serviços públicos de Assistência Social.

Foi lançada a campanha “Suas é meu, o Suas é seu. O Suas é de quem tem direito”, composta por filme, cartazes e folhetos

Campanha contra o discurso do ódio

O CFP lançou a Campanha Nacional de Direitos Humanos, com o tema “Discurso de ódio não!” promovido pelas Comissões de Direitos Humanos do CFP e dos CRPs, com a *hashtag* #DiscursoDeÓdioNão.

Identidade social Trans

Os profissionais da Psicologia travestis e transexuais terão seu nome social destacado, ao lado da fotografia, na frente da carteira de identidade emitida pelos conselhos regionais de Psicologia.

A decisão de ressaltar o nome social na carteira profissional foi aprovada por unanimidade pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2017, de forma a valorizar a dignidade da profissional. Além desse campo, haverá espaço, ainda, para a inclusão de “raça/cor” e “identidade de gênero” no Cadastro Nacional de Psicólogas e Psicólogos.

Notas do CFP que articulam posicionamento em defesa dos movimentos sociais com vistas à universalização de direitos.

- CFP repudia aprovação de mudanças na política de saúde mental
- CDH/CFP repudia violência que geram barbárie e ferem a democracia
- CFP repudia intervenção na reitoria da Universidade da Grande Dourados
- CFP manifesta repúdio à nota técnica “nova saúde mental” publicada pelo ministério da saúde
- CFP defende suspensão do decreto que inviabiliza mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura
- CFP manifesta indignação e tristeza com incêndio em casa de reza dos guarani e kaiowá
- Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha é dia de resistência
- Proteção para o povo Waiãpi
- Nota de solidariedade ao presidente da OAB, Felipe Santa Cruz
- Desmonte do Conanda é mais um ataque à participação social

R4. Foi realizado amplo debate sobre as Contribuições da Psicologia educacional/escolar para a efetivação da educação inclusiva no Brasil

- O CFP realizou um diálogo digital com o tema: “Quais as contribuições da PSI para Educação Inclusiva no Brasil?”
- Promoção do Prêmio Profissional Avaliação Psicológica direcionado a pessoas com deficiência, integrando as comemorações dos quinze anos do SATEPSI. A entrega dos prêmios foi realizada no V Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão (V CBP), em São Paulo, em 17 de novembro de 2018, com transmissão ao vivo do sítio virtual do CFP.
- Participação no Seminário “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI”.
- Lançamento do livro *Violência e Preconceitos na Escola: contribuições da Psicologia* foi lançado na última sexta-feira, dia 14, durante o XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP). A publicação é resultado de pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2015, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), em parceria com dez universidades federais e apresentada ao Ministério da Educação (MEC).

R5. O CFP avançou na discussão sobre o racismo institucional e a contribuição de psicólogas(os) que trabalham em contextos organizacionais para enfrentamento desta práticas

A prática profissional da Psicologia está apoiada nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Psicologia brasileira aborda o tema do racismo, editando, inclusive, a resolução CFP n.º 18/2002, que estabelece um conjunto de normas para atuação de profissionais da Psicologia em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Constituído um Grupo de Trabalho para dar visibilidade à resolução CFP 18/2002 que estabelece um conjunto de normas para atuação de profissionais da Psicologia em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Atividades realizadas:

- Seminário de Relações Raciais, que foi realizado no dia 14 de novembro de 2018, em São Paulo.
- O Seminário “Todo racismo é uma forma de violência: reflexões sobre racismo, políticas públicas e Direitos Humanos”
- “Todo racismo é uma forma de violência – Resolução 018/2002 a 2018: Perspectivas e Desafios”
- “Lançamento da campanha – Todo racismo é uma forma de violência: com a voz a População Negra, Cigana, Quilombola e Indígena”.

Resoluções sobre políticas públicas

- **Resolução CFP n.º 13/2018 - 21/05/2018 Veja na íntegra**
- Tema: Assistência Social
- Altera o funcionamento e composição da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, revoga os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º e anexos da resolução CFP n.º 35/2015 e dá outras providências.
REVOGADA: REVOGA RESOLUÇÃO 35/2015
- **Resolução CFP n.º 001/2018 - 29/01/2018 Veja na íntegra**
- Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação pessoas transexuais e travestis.

R6. Eficiência e transparência na gestão;

O CFP implementou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI!). Esta ferramenta mudou a rotina dos setores do CFP, facilitando o fluxo de informações e reduzindo o uso do papel. O CFP agora tramita os processos com muito mais agilidade, mais transparência e economicidade.

CFP aprova resolução CFP n.º 012/2017 que atualiza o Plano de Cargos e Salários dos funcionários da autarquia e alterando a resolução n.º 001, de 29 de abril de 2014.

Todos os atos oficiais estão disponíveis no Portal da Transparência,¹² incluindo o Planejamento Estratégico da Gestão, elaborado em 2017, que é objeto deste relatório;

12 Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br> Acesso: 29/11/2019

- Realização do 1º Seminário Nacional de Tecnologia da Informação do Sistema Conselhos de Psicologia, que reuniu nos dias 4 e 6 de novembro de 2019, conselheiras(os) e funcionárias(os) de todos os 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e também do CFP
- O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, uma oficina com os novas(os) presidentes e tesoureiras(os) de todos os 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), para tratar das mudanças apontadas no Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAPLAN, RS y Norton, RP *Mapas Estratégicos – BSC*, Elsevier/Alta Books, 2004

ECHEVERRÍA, Rafael. *Ontología del lenguaje*, Editora Granica, Argentina, 2006

ECHEVERRÍA, Rafael. *Actos de lenguaje, Volumen I: La escucha*, Editora Granica, Argentina, 2006

FLORES, Fernando. *Inventando la empresa del siglo XXI*, Santiago do Chile, Ediciones Dolmen, 1996

COSTA, Greiner e DAGNINO. Renato Org. *Gestão Estratégica em Políticas Públicas*, 2008

MATUS, Carlos. *Adeus senhor presidente*. São Paulo, FUNDAP, 1997



SAF SUL (Setor de Administração Federal Sul), Quadra 2, Bloco B,
Edifício Via Office, Térreo, Sala 104 - Brasília - DF - CEP: 70070-600
(61) 2109-0100 - Expediente: 08:00 às 19:00

 comunica@cfp.org.br  [/ConselhoFederaldePsicologia](https://www.facebook.com/ConselhoFederaldePsicologia)

 [cfp_psicologia](https://twitter.com/cfp_psicologia)  [ConselhoFederaldePsicologia](https://www.instagram.com/ConselhoFederaldePsicologia)  [ConFederalPsicologia](https://www.youtube.com/ConFederalPsicologia)